



Anais da Assembléia

N.003

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 02 DE MARÇO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 1.988
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Lindolfo Júnior e José Afonso Júnior.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Barbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Rafael Greca (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n.^o DTL/242/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n.^o 252/87, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1988, tendo o veto apostado incidido, no Anexo III (Detalha-

mento de Despesas por Órgão) - Poder Legislativo - parte A - Recursos Gerais, sobre as expressões "Transf. a Instituições Privadas - 109.771" e "Subvenções Sociais - 109.771", respectivamente códigos 3.2.3.0 e 3.2.3.1 (fls. 29), e, ainda, sobre idênticas expressões em iguais códigos constantes do mesmo Anexo, parte B - Detalhamento do programa de Trabalho das Unidades da Administração Direta - Recursos do Tesouro (fls. 31). À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n.^o DTL/194/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado totalmente o Projeto de Lei n.^o 141/87, em razão da entidade nele mencionada já ter sido declarada como de Utilidade Pública, através da Lei n.^o 8.063, de 26 de dezembro de 1984. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n.^o DTL/195/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado totalmente pelo Poder Executivo o Projeto de Lei n.^o 83/87, em razão da Entidade nele mencionada já ter sido declarada como de Utilidade Pública, através da Lei n.^o 8.423, de 21 de novembro de 1986. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n.^o DTL/196/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado totalmente o Projeto de Lei n.^o 108/87, em razão da entidade nele mencionada já ter sido declarada como de Utilidade Pública, através da Lei n.^o 7.414, de 04 de dezembro de 1980. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n.^o DTL/245/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n.^o 352/87, que dispõe o autógrafo sobre a reestruturação do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, tendo o veto apostado incidido sobre seu artigo 13, que inseriu no texto original matéria referente a vencimentos de integrantes do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, mais precisamente remunerações básicas de Consultor Técnico e Técnico de Controle TCI/CLASSE A. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n.^o DTL/258/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n.^o 337/87, que dispõe o autógrafo sobre a autorização concedida ao Poder Executivo para instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, neste Estado, mediante transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do

Oeste do Paraná, tendo o veto aposto incidido sobre o seu artigo 8º, que estendeu a autorização no sentido de permitir a criação, também sob a forma de Fundação, da Universidade Estadual do Noroeste, com sede no município de Umuarama. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/13/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 150/87, que dispõe o autógrafo em seu artigo 1º sobre a denominação da Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa-Castro-Piraí do Sul-Jaguariaíva-Sengês; e no seu artigo 2º, sobre a denominação da Rodovia PR-427, que liga Lapa a Campo do Tenente, tendo o veto aposto incidido sobre esse segundo dispositivo. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/49/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado totalmente o Projeto de Lei nº 89/87, que dispõe sobre a prestação de contas das instituições declaradas de Utilidade Pública pelo Estado do Paraná acerca das verbas por elas recebidas através de convênios ou doações do Estado, Municípios ou Autarquias Estaduais e Municipais, abrangendo o total dos valores efetivamente despendidos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256 e 257/87, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65 e 66/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os seguintes Projetos de Lei: À Comissão de Constituição e Justiça.

199/86 - Do Senhor ex-Deputado Adhail Sprenger Passos, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Padre José de Almeida Penalva, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.619. Anote-se - Arquivo-se.

226/87 - Do Poder Executivo, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.470, de 30 de março de 1987, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.620. Anote-se - Arquivo-se.

342/87 - Do Poder Executivo, que autoriza a contratar operações de crédito e a pres-

tar garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos, na forma e condições que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.621. Anote-se - Arquivo-se.

247/87 - Do Poder Executivo, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1988/1990, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.622. Anote-se - Arquivo-se.

Lei Complementar nº 307/87 - Do Poder Executivo, que acresce parágrafo único ao art. 4º, da Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 39. Anote-se - Arquivo-se

Lei Complementar nº 306/87 - Do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 40. Anote-se - Arquivo-se.

267/87 - Do Poder Executivo, que altera a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.623. Anote-se - Arquivo-se.

097/85 - Do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, que cria o Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.624. Anote-se - Arquivo-se.

214/86 - Do Senhor Deputado Orlando Pessuti, que eleva para 11 (onze) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.625. Anote-se - Arquivo-se.

117/83 - Do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA "SAGRADA FAMÍLIA", com sede e foro no Município de Xambrê, o qual convertido em Lei tomou o nº 8.626. Anote-se - Arquivo-se.

035/86 - Do Senhor ex-Deputado Fuad Nacli, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos diagnósticos que especifica nas crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8.627. Anote-se - Arquivo-se.

255/85 - Do Senhor Deputado Mário Pereira, que declara de Utilidade Pública o SINDI-

CATO RURAL DE CASCAVEL, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.628.

118/86 - Do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública o CENTRO BENEFICENTE DOS FERROVIÁRIOS DA RFFSA., com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.629. Anote-se - Arquivo-se.

235/86 - Da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL MARUMBI - ENSINO DE 1° GRAU", com sede no Município de Marumbi, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.630. Anote-se - Arquivo-se.

236/86 - Da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER - ENSINO DE 1° GRAU no Município de Marumbi, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.631. Anote-se - Arquivo-se.

246/86 - Do Senhor Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE REALEZA - APAE, com sede e foro na Cidade de Realeza, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.632. Anote-se - Arquivo-se.

021/87 - Da Senhora Deputado Amélia de Almeida Hruschka, que declara de Utilidade Pública a "FEDERAÇÃO PARANAENSE DE CINECLUBES", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.633. Anote-se - Arquivo-se.

075/87 - Do Senhor Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIALVA, com sede e foro no município de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.634. Anote-se - Arquivo-se.

094/87 - Do Senhor Deputado Antônio Annibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual o "LAR DOS VELHINHOS DE RIO AZUL", com sede na cidade de Rio Azul e foro na Cidade de Rebouças, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.635. Anote-se - Arquivo-se.

104/87 - Do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, que denomina a Estrada que liga Japurá a São Carlos do Ivaí, de MARIA NIPA GARANHÃO, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.636. Anote-se - Arquivo-se.

117/87 - Do Senhor Deputado Lindolfo Jú-

nior, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor FRANKLIN VIEIRA DA SILVA, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.637. Anote-se - Arquivo-se.

129/87 - Do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, que denomina ESCOLA ESTADUAL MARIA FLORA SCARAMELLA MOREIRA - ENSINO DE 1° GRAU A ESCOLA ESTADUAL DO DER - Ensino de 1° Grau, localizada no Município de Pirai do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.638. Anote-se - Arquivo-se.

166/87 - Do Poder Executivo, que autoriza a doar ao Município de Jandaia do Sul, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.639. Anote-se - Arquivo-se.

167/87 - Do Poder Executivo, que dá nova Redação ao Art. 2°, da Lei n° 7.682, de 08 de dezembro de 1982, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.640. Anote-se - Arquivo-se.

171/87 - Do Senhor Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL DOUTOR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, com sede e foro no município de Guarapuaça, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.641. Anote-se - Arquivo-se.

182/87 - Do Senhor Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - AEMI, Distrito de Yolanda, município de Ubatã, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.642. Anote-se - Arquivo-se.

186/87 - Do Senhor Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROCHA LOURES ACROL, com sede e foro no município de Guarapuaça, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.643. Anote-se - Arquivo-se.

189/87 - Do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, que eleva para 17 o número de Vereadores da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.644. Anote-se - Arquivo-se.

193/87 - Do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná aos Senhores LAFAYETTE QUEIROLO E RICARDO QUEIROLO, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.645. Anote-se - Arquivo-se.

194/87 - Do Senhor Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE IPORÁ - API, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.646.

Anote-se - Arquivo-se.

196/87 - Do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o GRUPO DE ESTUDOS ESPÍRITA DOUTOR BEZERRA DE MENEZES, com sede e foro no Município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.647. Anote-se - Arquivo-se.

201/87 - Do Senhor Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE INÁCIO MARTINS, com sede e foro no Município de Inácio Martins, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.648. Anote-se - Arquivo-se.

205/87 - Do Senhor Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE DOENTES E DEFICIENTES FÍSICOS - ACDD, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.649. Anote-se - Arquivo-se.

210/87 - Do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor OSCAR MARTINEZ, o qual convertido em Lei tomou o número 8.650. Anote-se - Arquivo-se.

212/87 - Do Senhor Deputado Hermas Brandão, que denomina de ESCOLA ESTADUAL MARIA NETTA a atualmente conhecida como ESCOLA ESTADUAL BOA VISTA II, localizada em Ribeirão Claro, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.651. Anote-se - Arquivo-se.

214/87 - Do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o "LAR EVANGÉLICO ESTRELA DE BELEM", com sede e foro no município de Mandaguari, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.652. Anote-se - Arquivo-se.

217/87 - Do Senhor Deputado Dirceu Manfredino, que denomina de "AEROPORTO ENGENHEIRO GASTÃO DE MESQUITA FILHO"; o aeroporto do Município de Cianorte, do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.653. Anote-se - Arquivo-se.

222/87 - Do Senhor Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE DA RAÇA NEGRA - ABRONEGRO", com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.654. Anote-se - Arquivo-se.

223/87 - Do Senhor Deputado Antônio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.655. Anote-se - Arquivo-se.

229/87 - Do Senhor Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MENINOS DE CURITIBA ASSOMA", com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.656. Anote-se - Arquivo-se.

245/87 - Do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ERCÍLIO SANTINONI, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.657. Anote-se - Arquivo-se.

246/87 - Do Poder Executivo, que autoriza a doar ao Município de Paraíso do Norte, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.658. Anote-se - Arquivo-se.

250/87 - Do Senhor Deputado Homero Oguido, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor GERVÁSIO TADASHI INQUE, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.659. Anote-se - Arquivo-se.

251/87 - Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que eleva para 11 (onze) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.660. Anote-se - Arquivo-se.

253/87 - Do Poder Executivo, que autoriza a doar à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMBARÁ, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.661. Anote-se - Arquivo-se.

254/87 - Do Poder Executivo, que autoriza a doar ao Município de Santa Terezinha de Itaipu, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.662. Anote-se - Arquivo-se.

291/87 - Do Senhor Deputado Algaci Túlio, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ RODRIGUES LOPES JÚNIOR, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.663. Anote-se - Arquivo-se.

326/87 - Do Poder Executivo, que autoriza a alienação de ações do Banco do Estado do Paraná S/A., o qual convertido em Lei tomou o n° 8.664. Anote-se - Arquivo-se.

328/87 - Do Poder Executivo, que autoriza a alienar, na forma do art. 21, inciso VIII, "C", da Constituição Estadual, áreas de terras devolutas com 498,56 hectares, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.665. Anote-se - Arquivo-se.

318/87 - Do Senhor Deputado Domingos Scar-

pellini, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Apucarana a data de terras que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.667. Anote-se - Arquivo-se.

361/87 - Do Poder Executivo que dispõe sobre a fixação de base de cálculo do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores - IPVA, para o exercício financeiro de 1988 e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.668. Anote-se Arquivo-se.

278/86 - Do Senhor Deputado Sabino Campos, que eleva para 17 o número de Vereadores da Câmara Municipal de Toledo o qual convertido em Lei tomou o n° 8.669. Anote-se - Arquivo-se.

272/87 - Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, que cria no município de Iguaraçu, o Distrito Administrativo de Ângulo, com sede correspondente ao Distrito Judiciário, obedecendo as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 8.670. Anote-se - Arquivo-se

351/87 - Do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica da Lei Complementar n° 14/82 e da Lei Complementar 35/86, o qual convertido em Lei Complementar tomou o número 41. Anote-se - Arquivo-se

350/87 - Do Poder Executivo, que fixa, a partir de 1° de janeiro de 1988, os níveis de vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.671. Anote-se - Arquivo-se.

353/87 - Do Poder Executivo, que altera o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.672. Anote-se - Arquivo-se

329/87 - Do Senhor Deputado David Cherigatte, que cria o município de Dismante D'Oeste, desmembrado do município de Matelândia, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.674. Anote-se - Arquivo-se.

335/87 - Do Poder Executivo, que autoriza a instituir gratuidade do ensino em todas as instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.675. Anote-se - Arquivo-se.

278/87 - Da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, que declara o Estado do Paraná como "Zona Desnuclearizada", e adota outras

providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.676. Anote-se - Arquivo-se.

103/86 - Do Senhor Deputado Sabino Campos, que altera a redação do art. 1° da Lei n° 7.292/79, que dispõe sobre a criação do Município de Cafelândia, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.677. Anote-se - Arquivo-se.

308/87 - Do Senhor Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do art. 10, o item do art. 11 e o art. 29 da Lei 7.567, de 08/01/82, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.678. Anote-se - Arquivo-se.

008/87 - Do Senhor Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ - A.S.E.E.P.", com sede nesta Capital, o qual convertido e Lei tomou o n° 8.707. Anote-se - Arquivo-se.

027/87 - Do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.706. Anote-se - Arquivo-se.

074/87 - Do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE WENCESLAU BRAZ, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.705. Anote-se - Arquivo-se.

116/87 - Do Senhor Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SARANDI, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.704. Anote-se - Arquivo-se.

137/87 - Do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM - SEÇÃO DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.703. Anote-se - Arquivo-se.

159/87 - Do Senhor Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE MARINGÁ, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.702. Anote-se - Arquivo-se.

183/87 - Do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação e utilização de área do imóvel que especifica, destacadas de área maior doada ao município de Campo Largo, conforme a Lei n° 7.335, de 16 de junho de 1980, para construção de uma Escola Técnica de Cerâmica e de Casas Populares, e adota outras providências, o qual convertido em Lei to-

mou o n° 8.701. Anote-se - Arquite-se.

187/87 - Do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública a COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI DE CURITIBA - Ltda. COOPERTÁXI OBJETIVA, com sede e foro à Rua Bernardo Rosemann n° 555, Bacacheri, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 8700. Anote-se - Arquite-se.

195/87 - Do Senhor Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ESPORTIVA E CULTURAL PARA JOÃO PAULO II, com sede e foro no Distrito de Pinhais Município de Piraquara - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.699. Anote-se - Arquite-se.

225/87 - Do Poder Executivo, que altera a redação do § 2° do art. 1° da Lei n° 8.096, de 14 de junho de 1985, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.681. Anote-se - Arquite-se

282/87 - Do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o LAR SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no Município de Grandes Rios, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.697. Anote-se - Arquite-se.

283/87 - Do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE TOMASINA - CODETOM, com sede e foro no Município de Tomasina, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.696. Anote-se - Arquite-se

288/87 - Do Senhor Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.695. Anote-se - Arquite-se.

293/87 - Do Senhor Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o CENTRO CULTURAL ÍTALO - BRASILEIRO DANTE ALIGHIERI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.694. Anote-se - Arquite-se.

296/87: Do Senhor Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE ESPÍRITA MISSIONÁRIOS DO MESTRE - MUNICÍPIO DE CURITIBA, Capital do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.693. Anote-se - Arquite-se.

302/87 - Do Senhor Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ALTO

TARUMÁ", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.692. Anote-se - Arquite-se.

303/87 - Do Senhor Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARAPUAVA", com sede e foro em Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.691. Anote-se - Arquite-se.

317/87 - Do Senhor Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES GUILHERME DE ALMEIDA, do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, com sede e foro no Município de Santa Izabel do Oeste, localizada à Rua das Acácias s/n. o qual convertido em Lei tomou o n. 8.690. Anote-se - Arquite-se.

319/87 - Do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL HUMANO", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.689. Anote-se - Arquite-se.

325/87 - Do Poder Executivo, que autoriza a doação à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GOIOERÉ do imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.688. Anote-se - Arquite-se.

327/87 - Do Senhor Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Ação e Promoção Social "Vó Durvina", com sede e foro em Curitiba, Capital do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.687. Anote-se - Arquite-se.

347/87 - Do Senhor Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ALBERGUES DA JUVENTUDE - APRAJ, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.686. Anote-se - Arquite-se.

348/87 - Do Senhor Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA HAUER, com sede na Cidade de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.685. Anote-se - Arquite-se.

349/87 - Do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a "ARCO-ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DO PARANÁ", com sede e foro na Cidade de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.684. Anote-se - Arquite-se.

305/87 - Do Poder Executivo, que altera a redação do art. 1º, da Lei n. 7.522, de 17 de novembro de 1981 e autoriza a doação à ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR do imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.683. Anote-se - Arquivo-se.

236/87 - Do Poder Executivo, que institui, sob a forma de autarquia, a ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ, com sede e foro na Capital do Estado, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.682. Anote-se - Arquivo-se.

370/87 - Dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Homero Oguido, que autoriza o Poder Executivo a proceder, na forma que especifica, permuta de imóveis com o Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.679. Anote-se - Arquivo-se.

145/87 - Do Senhor Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública o "MINISTÉRIO DE RECUPERAÇÃO HERMON", com sede e foro na Cidade de Curitiba, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.708. Anote-se - Arquivo-se.

155/87 - Do Senhor Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE GUARAPUAVA", com sede e foro naquele Município, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.709. Anote-se - Arquivo-se.

165/87 - Do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Maringá e Região, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.710. Anote-se - Arquivo-se.

188/87 - Do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO EVANGÉLICO DE ASSISTÊNCIA DORCAS, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.711. Anote-se - Arquivo-se.

203/87 - Do Senhor Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO PARANÁ - FAMOPAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.712. Anote-se - Arquivo-se.

209/87 - Do Senhor Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MISSAL", com sede e foro no Município de Missal, o qual convertido em Lei tomou o

n. 8.713. Anote-se - Arquivo-se.

257/87 - Do Senhor Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JOÃO BOSCO, com sede e foro em Curitiba-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.714. Anote-se - Arquivo-se.

211/87 - Do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, que declara de Utilidade Pública, o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - SOS de Xanbrê, sociedade prestadora de serviços, sem fins lucrativos, sediado nesta Cidade de Xanbrê, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.715. Anote-se - Arquivo-se.

260/87 - Do Senhor Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA WESLEYANA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.716. Anote-se - Arquivo-se.

261/87 - Do Senhor Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a "ANPARA - Associação Norte Paranaense de Radioamadores", com sede e foro na Cidade de Londrina-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.717. Anote-se - Arquivo-se.

264/87 - Do Senhor Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PADRE ULRICO, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão-Paraná, à Rua Marília s/n, Bairro Padre Ulrico, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.718. Anote-se - Arquivo-se.

265/87 - Do Senhor deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA TUPI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.719. Anote-se - Arquivo-se.

268/87 - Do Senhor Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA NOVA, com sede e foro em Vila Nova, Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.720. Anote-se - Arquivo-se.

274/87 - Do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO MIRINGUAVA - ASMIRIM, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.721. Anote-se - Arquivo-se.

275/87 - Do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, que declara de Utilidade Pública a "CASA DA CULTURA DE PATO BRANCO", com

sede e foro na Cidade de Pato Branco, deste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.722. Anote-se - Arquive-se.

276/87 - Do Senhor Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO PARQUE INDUSTRIAL E VILA MACHADO PINHEIRINHO", com sede e foro na cidade de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.723. Anote-se - Arquive-se.

280/87 - Do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Alício Dias dos Reis, com sede e foro na Cidade de Santo Antônio da Platina - Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.724. Anote-se - Arquive-se.

320/87 - Do Senhor Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública o CENTRO BRASILEIRO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, com sede em Curitiba, Capital do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.725. Anote-se - Arquive-se.

321/87 - Da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO PROLOCAR - ARLINDA MARIA SANTA CÂNDIDA, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.726. Anote-se - Arquive-se.

381/87 - Do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - CRIANÇA FELIZ, com sede e foro na Cidade de Palmital, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.698. Anote-se - Arquive-se.

331/87 - Do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, que concede o Título Post-Mortem de Vulto Emérito do Paraná ao Doutor Odilon Mader, o qual convertido em Lei tomou o número 8.728. Anote-se - Arquive-se.

309/87 - Do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Pastor WADY BECHARA, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná, através da TELEPAZ e de seu profícuo Ministério dedicado integralmente em favor do próximo, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.729. Anote-se - Arquive-se.

304/87 - Do Senhor Deputado Hermas Brandão que denomina RODOVIA PRIMO BASSI, a atual PR-218, que liga Santa Mariana ao distrito de Panema, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.730. Anote-se - Arquive-se.

277/87 - Da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, que denomina "HERMÍNIO ANTONIO PENNACCHI, a rodovia estadual PR-441, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.731. Anote-se - Arquive-se.

213/87 - Da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, que declara de Utilidade Pública a CRECHE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, com sede e foro na Cidade de Nova Cantu, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.732. Anote-se - Arquive-se.

215/87 - Do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o "LAR DOS VELHINHOS BOM SAMARITANO, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz, o qual convertido em lei tomou o n. 8.733. Anote-se - Arquive-se.

216/87 - Do Senhor Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública o GRÊMIO ESPORTIVO MARNA, com sede e foro em Piraquara - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8.734. Anote-se - Arquive-se.

230/87 - Do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO RURAL DE RENASCENÇA, com sede e foro no Município de Renascença, o qual o convertido em Lei tomou o n. 8.735. Anote-se - Arquive-se.

233/87 - Do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GRANDES RIOS", com sede e foro no município de Grandes Rios, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.736. Anote-se - Arquive-se.

234/87 - Do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL ÁQUILA, com sede e foro em Pinhais, Município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.737. Anote-se - Arquive-se.

235/87 - Do Senhor Deputado Antônio Annielli, que declara de Utilidade Pública Estadual a ESCOLA AGRÍCOLA TIA DALVA, com sede e foro na Cidade de Palmas o qual convertido em Lei tomou o n. 8.738. Anote-se - Arquive-se.

237/87 - do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL ANTIGOS E NOVOS - AMCAN, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.739. Anote-se - Ar-

quive-se.

238/87 - Do Senhor Deputado Antônio Annibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a ESTÂNCIA LAR SANTA CRUZ, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.740. Anote-se - Arquivo-se.

241/87 - Do Senhor Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE ESTUDO DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE - CEMIC, com sede e foro na Cidade de Tupãssi, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.741. Anote-se - Arquivo-se.

242/87 - Do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - A.S.S.E.S.P., com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.742. Anote-se - Arquivo-se.

244/87 - Do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MOTA, com sede e foro em Adrianópolis, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.743. Anote-se - Arquivo-se.

248/87 - Do Senhor Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.744. Anote-se - Arquivo-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, Regime de Urgência para os seguintes Projetos:

Projeto de Lei Complementar n° 167/85- de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que acresce o § 3° ao art. 171, da Lei n° 6.174, de 16.11.70, conforme especifica. (O mês de referência que servirá para base de cálculo dos acréscimos referidos neste artigo e no precedente corresponderá aquele imediatamente anterior ao que ocorrer a implantação do pagamento).

Projeto de Lei n° 280/84- de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS e OUTROS, que declara de Utilidade Pública a ORDEM AUXILIADORA DE SENHORAS DA COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE CASTRO, com sede e foro no Município de Castro.

Projeto de Lei n° 26/86- de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que concede aos servidores públicos sob regime celetista,

acréscimo salarial de 5% (cinco por cento) em 5 (cinco) anos, até completar 25% (vinte e cinco por cento), por serviço público efetivo prestado ao Estado, conforme específica.

Projeto de Lei n° 312/87- de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Deputado PAULO CARNEIRO RIBEIRO.

Projeto de Lei n° 339/87- de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO DE SEGREDO, com sede na localidade de Segredo, Distrito de Paz, Município de Guarapuava.

Projeto de Lei n° 266/87- de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor GABRIEL MANOEL.

Projeto de Resolução n° 090/87- de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mensagem n° 112/87-ex-Proposição n° 91/87), aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e objetivos que especifica.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 208/87, que trata de convênios entre o DER e as Cooperativas Agrícolas Rurais na implantação do povoamento florestal da faixa de domínio das rodovias estaduais, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ÁLVARO LINS ALENCAR, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade curitibana face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada à Avenida João Gualberto, n° 752.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARLY HOROKOSKI ABDALA ocorrido em Francisco Beltrão.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais da extinta.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada nos seguintes endereços:

Avenida Visconde de Guarapuava, 4303 apto.201- Curitiba. Rua Curitibaana, 999 Francisco Beltrão- Pr.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ERONDY SILVERIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DOMICIO CAVALIN, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada à Rua Fioravante Dala Stella, n° 70, casa 27.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ERONDY SILVERIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DERALDO SEBASTIÃO MOLETTA, ocorrido nesta Capital, no dia 17 de fevereiro de 1988.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Dia 17 de fevereiro de 1988, a sociedade paranaense, como de resto todo o Estado do Paraná, recebeu entristecida a notícia do falecimento do Senhor DERALDO SEBASTIÃO MOLETTA.

O passamento do Senhor Deraldo Sebastião Moletta, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O extinto era viúvo da Senhora Judith Carbonar Moletta, deixando 04 filhos.

Ficou um grande vazio na sociedade paranaense, cuja população chora a morte de um de seus membros mais ilustres.

O tempo e a distância, jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amiza-

de.

Destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família MOLETTA, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FIORAVANTE JOSÉ BERARDIN, ocorrido em 17 de fevereiro último, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 63 anos de idade faleceu, dia 17 de fevereiro de 1988, nesta Capital, o Senhor Fioravante José Beraldin, deixando viúva Senhora Orfélia Sette Beraldin e 07 filhos.

O passamento do Senhor Fioravante José Beraldin, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Beraldin, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ELSO MABONI, ocorrido em 23 de fevereiro próximo passado, na Cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor ELSO MABONI, agricultor, deixa como patrimônio aos 45 anos, o esforço e dedicação ao trabalho, bem como o exemplo de honradez que sempre marcou sua vida.

Deixa viúva a Senhora IOLANDA APARECIDA MABONI, e filhos.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário, seja dada ciência à família en-

lutada, sito à Rua 06, n° 410- Vila Santa-na, em Guarapuava.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ELVIRA GUILHERME BOBATTO, ocorrido em Ibituva.

Tal passamento vem consternar a sociedade deste município, face aos dotes morais da extinta.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Dr. SÍLVIO ROMERO STADLER DE SOUZA, ocorrido no dia 28 próximo passado na cidade de Guaratuba.

Magistrado conceituado como julgador e cidadão, o Dr. Sílvio Romero foi um incansável batalhador pela restauração da força e da autonomia do Poder Judiciário no Estado do Paraná.

Homem de ilibada conduta e de intocável reputação profissional, com seu passamento fica aberta uma grande lacuna na Justiça paranaense, inclusive difícil de ser preenchida.

Integrante da Primeira Câmara Cível, o Dr. Sílvio Romero acabara de ser eleito Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, como tributo e reconhecimento dos colegas de todo o Estado, pela sua reta caminhada em direção à Justiça e aos justos.

Foi juiz e Promotor de Justiça, além de haver trabalhado em diversas Comarcas do Estado, como Maringá, Paranavaí, Nova Esperança, Campo Mourão, Cascavel, Parana-gua, Antonina, Pitanga, Peabiru, Uraí, Francisco Beltrão, Pato Branco, Santo Antônio do Sudoeste, Cornélio Procopio, Ponta Grossa e Curitiba.

Ao prestarmos essa justa e sincera homenagem ao julgador, Magistrado, Professor, amigo e exemplar chefe de família, Dr. Sílvio Romero Stadler de Souza, esperamos estar expressando todo o nosso agradecimento pelo sério e abnegado trabalho desenvolvido ao longo dos seus sessenta anos.

Que da decisão desta Casa se dê ciência

cia a Dona Renata Wagner de Souza e aos demais familiares.

Sala das Sessões em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, um voto de pesar pelo prematuro falecimento do Vereador ALTINO MARTINS, ocorrido no dia 25 do mês próximo findo, bem como, determinar seja enviada cópia desta propositura à sua digníssima esposa, viúva Maria José de Oliveira Martins, residente à Praça Getúlio Vargas, 47 - Jaguariaíva - PR.

Sala das Sessões, m 02.03.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Há momentos, em nossas vidas, cheios de graça, ternura e beleza. Outros, há, entretanto, que nos causam tristezas, amarguras e profundas marcas em nossos corações. É um companheiro que se perde, e, sobretudo, um grande amigo. Desaparece um homem público, um verdadeiro político. Sério, humilde, dedicado, este era o perfil marcante do ilustre edil Altino Martins. Fiel a seus princípios, leal aos companheiros e amigos, encarava a política com seriedade e firmeza, idealismo e dedicação. Aos amigos e àqueles que o procuravam, suas mãos estavam sempre estendidas. Como pai e chefe de família, sempre pautou sua existência no amor, na compreensão, no entendimento e nos bons exemplos.

Sua ausência abre uma grande lacuna na classe política e na edibilidade do Município de Jaguariaíva.

Por estas razões, justo e merecido que tenhamos inserido nos Anais desta Casa de Leis, o nome do preado amigo e companheiro Altino Martins, como um tributo póstumo à sua pessoa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento de JOSÉ APARECIDO ALVES e JOSEMIRO PEREIRA COSTA, ocorrido em Cruzeiro do Oeste, em decorrência de acidente automobilístico.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A população de Cruzeiro do Oeste acompanhou, angustiada, o falecimento dos jovens José Aparecido Alves e Josemiro Pereira Costa, ocorrido no último dia 13 de fevereiro, em decorrência de acidente au-

tomobilístico, na rodovia que liga Umuarama e Cruzeiro do Oeste.

José Aparecido, com 20 anos de idade, era funcionário da 11. Delegacia da Receita, em Cruzeiro do Oeste e filho do ilustre vereador Geraldo Chagas Alves. Josemiro, por sua vez, era casado e deixou dois filhos.

O trágico acontecimento enlutou não apenas as famílias das vítimas, mas chocou profundamente seus amigos e toda a população de Cruzeiro do Oeste, onde contavam com amplo círculo de amizades. Daí, não só o registro da lamentável ocorrência, mas, sobretudo, a manifestação de nosso pesar às famílias enlutadas e a expressão de nossa solidariedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador SÍLVIO ROMERO STADLER DE SOUZA, ocorrido nesta Capital, no dia 28 de fevereiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 28 de fevereiro de 1988, a sociedade paranaense, como de resto o Estado do Paraná, recebeu entristecida a notícia do falecimento do Senhor Desembargador Sílvio Romero Stadler de Souza.

O passamento do Senhor Desembargador Sílvio Romero, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos, deixando o exemplo de sua bondade, como esposo, pai, avô e amigo.

O extinto deixa viúva Dona Renata, três filhos e netos.

Foi um grande vazio na sociedade paranaense, cuja população chora a morte de um de seus membros mais ilustres, que dedicou uma vida consagrada à magistratura e à família. Extinguiu-se aqui na terra para germinar no céu e, como lírio, florescer eternamente diante de Deus.

O tempo e a distância, jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Stadler de Souza, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. JOSÉ LEVI PACHECO, ocorrido nesta Capital, dia 22 de fevereiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 22 de fevereiro de 1988, faleceu, nesta Casa, o advogado José Levi Pacheco, deixando viúva Dona Regina e duas filhas.

O extinto era membro de tradicional família da cidade de Palmas.

O passamento do Dr. José Levi Pacheco, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Pacheco, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Médico veterinário, Dr. RANILDO PILCHOLSKI, ocorrido em 23 de fevereiro de 1988, na cidade de Londrina, onde era o titular da Delegacia do Ministério da Agricultura.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à esposa do extinto, Sra. Neiva Lopes Aparecida Pilcholski, residente à Rua Juruá, 178, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Dr. SÍLVIO ROMERO STADLER DE SOUZA, ocorrido no dia 28 de fevereiro de 1988.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à esposa do extinto, Sra. Renata Wagner de Souza, residente à Rua Rio Grande do Sul, 1107, na Água Verde em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente Desembargador Dr. SÍLVIO ROMERO STADLER DE SOUZA, ocorrido no dia 27 de fevereiro, nesta Capital.

Em vida o Desembargador Sílvio Romero encarnou os ideais de perfeição do homem público e de respeito à dignidade humana, que o farão lembrado por todos os paranaenses; além de ter sido um magistrado destacado em todo o Estado do Paraná, por seus atos, como defensor da lei e da moral em suas decisões.

Deixa viúva a Sra. Renata Wagner de Souza e três filhos, ainda nora, genro e netos.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.88

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Artagão Mattos Leão, Tadeu Lúcio Machado, Vera Agibert e Cândido Bastos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA AUGUSTA HOFFMANN, ocorrido no dia 18 de fevereiro de 1988.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Dia 18 de fevereiro de 1988, a sociedade de Ponta Grossa, como de resto todo o Estado do Paraná, recebeu entristecida a notícia do falecimento da Senhora MARIA AUGUSTA HOFFMANN.

O passamento da Senhora Maria Augusta Hoffmann, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

A extinta era viúva do inesquecível José (Juca) Hoffmann, deixando 04 filhos.

Ficou um grande vazio na sociedade de Ponta Grossa, cuja população chora a morte de um de seus membros mais ilustres.

O tempo e a distância, jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma

engrandecerá o Senhor que olhará para condição humana de sua serva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Hoffmann, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de voto de pesar pelo falecimento da Senhora MARLY ABDALLA, preeminente dama da sociedade de Francisco Beltrão, do Sudoeste do Paraná, do nosso Estado e figura de destaque internacional.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Marly Abdalla viveu como uma das mais notáveis damas da melhor sociedade brasileira. Foi um exemplo dignificante de esposa, mãe e cidadã, não temendo assoberbar-se com as difíceis funções de alcance social- incluídas as políticas.

Esposa do médico Kit Abdalla, radicou-se com o marido na cidade sudoestina de Francisco Beltrão- ainda ao início do seu desenvolvimento como Município recém-emanipado. Não temeu as agruras, as dificuldades, a ausência de meios materiais, a falta de comunicações, a deficiência (inexistência) de transportes, além dos demais obstáculos que caracterizam a colonização em início.

Somou-se ao esposo e passou a desenvolver o notável princípio social da atividade médica, cuidando pessoalmente de parturientes, de recém-nascidos, famílias carentes, de deficientes de toda a ordem; liderou campanhas de roupas, de agasalhos, de leite em pó ou de alimentos em geral; assistiu sempre aos flagelados das repetidas enchentes do Rio Marrecas e sempre colocou-se ao lado dos desfavorecidos pela sorte nas ocasiões especialmente difíceis. Transformou-se num dos mais belos e dignificantes exemplos de dedicação e seu prematuro falecimento abre uma lacuna que só poderá ser preenchida por sua lembrança e exemplo que permanecerão vivos.

Uma figura, pois, que simboliza as várias épocas de Francisco Beltrão, a qual marcou indelévelmente sua passagem pela vida, durante a qual participou e viveu a história do sudoeste paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Douto Plenário, REQUER, à mesa autorização para representar o Poder Legislativo na Exposição Agropecuária que acontecerá no Município de Paranavaí, no período de 04 a 13 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja marcada para 16 de março de 1988, às 15 horas a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania paranaense ao Reverendíssimo Padre JOSÉ DE ALMEIDA PENALVA, de acordo com a Lei 8619, de 27.11.87.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ERONDY SILVERIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Carlos Ajita, congratulando-o pela sua posse, como Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, estendendo cumprimentos à nova Diretoria da ACIM, conforme segue: Presidente- Senhor Carlos Ajita

- 1° Vice-Pres.- Amorim Pedrosa Moleirinho
- 2° Vice-Pres.- Shiniti Ueta
- 1° Secretário- Carlos Masson
- 2° Secretário- Fernando Ferraz
- 1° Tesoureiro- Fernando Vieira Raimundo
- 2° Tesoureiro- Valdecir de Brito.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Cornélio Procopio, ocorrida em 15 de janeiro próximo passado, desejando aquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Requer, também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações aos integrantes do Lyons Clube de Borrazópolis, pela efetiva construção de uma creche com área de 470 m. a qual irá sem sombra de dúvidas, atender os anseios da população carente daquele Município, cuja obra merece destaque pela sua grandeza material, cuja comprovação foi por nós feita pessoalmente, quando lá estivemos no mês de fevereiro do corrente ano.

Do presente, Requer se dê conhecimento aos integrantes daquela sociedade através do Presidente do Lyons Clube de Borrazópolis, Doutor Tokio Okagawa, endereçando à Caixa Postal 77- Borrazópolis- Paraná.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Sengés, desejando aquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Requer, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações a Senhora Moema Spinola Araújo, deficiente visual que formou-se em Medicina, pela Universidade Federal do Paraná, ano de 1987, REQUER, ainda, seja dado conhecimento à mesma como à sua família do teor do presente requeri-

mento.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Moema Spinola Araújo é pessoa digna da singela homenagem que pode fazer este Poder Legislativo para aclamar e apoiar aqueles que podem se considerar verdadeiros vencedores. Pois, o são somente aqueles que não esmorecem diante das dificuldades que lhes são apresentadas. E ela com a idade de 29 anos é um exemplo a ser seguido por aqueles que acreditam que com verdadeiros esforços se consegue alcançar as grandes conquistas, ultrapassando-se todo e qualquer obstáculo.

Pois, mesmo sendo deficiente visual, colou grau em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, juntamente com mais 76 formando de 1987.

Todos sabemos quão é discriminado o deficiente visual ou físico em nossa sociedade. Esta discriminação não é de hoje, mas herança do passado. Sempre os deficientes foram vistos como estropício junto à comunidade. E são poucos os que lutam para desfazer tão arcaica convicção.

Contudo, um exemplo vale mais do que mil palavras. E aí está o exemplo a ser seguido e valorizado não só por todos nós, mas principalmente por aqueles que se encontram em igual situação.

E por assim entendermos, é que acreditamos justa a homenagem aqui proposta. Pois tais pessoas, como a Senhora Moema Spinola Araújo deve ter seus esforços reconhecidos e valorizados. Assim sendo, será certamente ela o incentivo aos demais seus semelhantes para que jamais deixem de acreditar em si mesmos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

"Pelo uso da comunicação medimos o grau de educação de um povo e também o tamanho de sua liberdade".

"Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações, idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

Por fazer uso do seu direito, legítimo e legal por força de sua profissão, o jornalista Mussa José Assis, está sendo processado pelo Senador e ex-Governador do Estado do Paraná, José Richa. Seu crime foi publicar entrevista dada, e confirmada, por um Deputado do Partido do Senador-PMDB. Vivemos tempos de Constituinte, que representam a luta pela conquistas das liberdades democráticas. O País que nega o direito à liberdade de imprensa, não pode ser rotulado de "democrático". O Partido a que pertence o senador José Richa conquis-

tou o poder pela defesa intransigente da liberdade de livre manifestação. Pelo que a certeza de que o mesmo não pode compactuar com ato que caracteriza o cerceamento da liberdade de imprensa.

O jornalista Mussa José Assis que, tão rude e duramente, está sendo atingido pelo ato inconseqüente e anti-democrático de um parlamentar que tem a obrigação, dada pelo voto popular, de elaborar a nova Carta Magna do Brasil, representa hoje o elenco de comunicadores que não fazem parte do coro de profissionais da imprensa que se deixaram seduzir e violentar pelo poder daqueles que, traindo seu compromisso com o povo, usam o que a estes pertence para promoções pessoais.

A luta do jornalista Mussa José Assis, pela liberdade de informar a verdade verdadeira, hoje levado às barras dos tribunais, é de todos aqueles que ainda acreditam que o Brasil pode ser livre e democrático. De todos aqueles que acreditam que nossos filhos podem ter um amanhã, sem golpismo, sem opressão, sem cerceamento da liberdade. Sua luta é de todos que acreditam que liberdade, igualdade e fraternidade, são ainda os pilares da democracia.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e pelo acima exposto, REQUER à Douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações e apoio ao jornalista Mussa José Assis, pela luta que vem travando pela liberdade de imprensa.

REQUER, ainda, seja deste dado conhecimento ao jornalista em questão, aos Sindicatos dos Jornalistas e de Radiodifusão (Pr. Carlos Gomes), à Editora "O Estado do Paraná" e Federação Nacional dos Jornalistas (Rio de Janeiro).

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação de votos de congratulações aos Excelentíssimos Senhores Antônio Ferreira Ruppel, João Fêder e Rafael Iatauro, empossados recentemente, nos cargos de Presidente, Vice Presidente e Corregedor Geral, respectivamente, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tal proposição justifica-se pela alta relevância das incumbências fiscalizadoras do Tribunal de Contas, das quais, tenho absoluta certeza, os empossados saberão bem exercer, com austeridades e probidade, constantes das suas carreiras.

Através destes votos de congratulações, acreditamos prestar justa homenagem

aos empossados, bem como penhorar-lhes todo nosso apoio, na política de fiscalização rígida nas contas do Estado, que pretendem desenvolver.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, formulação de votos de congratulações à nova diretoria eleita da Federação Paranaense de Futebol de Salão.

A presente proposição justifica-se pela alta importância da atuação da FFFS no esporte do Paraná, especificamente, na organização das atividades de Futebol de Salão no triênio 1988/1990.

Mais do que nunca é necessária uma ação incisiva e dinâmica da FFFS em conjunto com os Clubes do Paraná num trabalho dedicado e sério, que possa resgatar ao Paraná o seu espaço no cenário esportivo nacional, o qual é merecido pela garra e talento dos nossos desportistas.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Presidente da Federação, Senhor Jorge Kudri, bem como à todos os demais Diretores eleitos.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso suas atribuições legais garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Guapirama, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, formulação de votos de congratulações à nova Diretoria da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamen-

mulação de votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Rogério Kampa, pela sua posse na Presidência do Colorado Esporte Clube, ocorrida no dia 06 de janeiro do corrente ano.

Tal requerimento apóia-se na grande importância do Colorado Esporte Clube no cenário esportivo estadual e nacional, motivo pelo qual a posse do novo Presidente não poderia passar despercebida, principalmente por se tratar de Rogério Kampa, administrador de visão, hoje na Prefeitura de Araucária.

Certo de que o novo Presidente comandará de forma competente e criativa os designios do tradicional clube, achamos justo o Poder Legislativo associar-se às demais manifestações de carinho ao Clube e confiança à nova Diretoria.

REQUER, ainda, que do pronunciamento da Casa se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Rogério Kampa, na sede do Colorado Esporte Clube.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, formulação de votos de congratulações ao Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias do Estado do Paraná.

O conselho eleito e empossado, terá como atribuição principal, dirigir os caminhos da BMPr. no biênio 1988/1989, num trabalho conjunto com a Diretoria Executiva da Bolsa, tarefa de mais elevada importância e responsabilidade.

Certo de que a capacidade, o talento e a dedicação dos empossados são o aval de uma gestão profícua e empreendedora, apresentamos através do presente os cumprimentos do Poder Legislativo ao Presidente do Conselho, Senhor Gabriel Nunes Pires Neto, bem como a todo o corpo empossado, no mesmo momento em que desejamos sucesso, numa gestão repleta de realizações.

REQUER, ainda, que do pronunciamento da Casa se dê ciência à Diretoria e Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias do Paraná, na sua sede, à Rua Isaias Bevilacqua, 895, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER a formulação e consignação em Ata, de votos de congratulações à nova Diretoria da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamen-

tos Subsidiários - SUCESU.

Justifica-se o presente pela grave importância da mencionada Sociedade no setor de informática, exercendo pioneira atividade há 22 anos e representando hoje 3 mil empresas usuárias dos benefícios da informática em nosso País.

Ao formularmos esta justa homenagem aos eleitos, Senhores: Hélio de Azevedo, Reynaldo P. Brotto e Fábio Souza Neto, Presidente, 1º e 2º Vice Presidentes, respectivamente, acreditamos penhorar o apoio do Poder Legislativo Paranaense à SUCESU, na garantia dos verdadeiros interesses nacionais na área da informática.

Que os objetivos propostos sejam alcançados e que os atos dos novos dirigentes proporcionem avanço e conquistas para a informática no Brasil.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência aos homenageados, na Sede da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários - SUCESU.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, formulação e consignação em Ata, de voto de congratulações à Sociedade Morgenau, pela comemoração dos 70 anos de fundação.

A presente proposição justifica-se pelo indimensionável espaço conquistado pela tradicional Sociedade junto à opinião pública curitibana, nestes setenta anos.

Fundada em 05 de fevereiro de 1918, a Sociedade Morgenau atravessou as boas e as más épocas na bela Curitiba. Passaram-se os anos: os 30, 50, 60, e somados a eles, a sociabilidade, o carinho, a amizade e o espírito associativo da Família Morgenau.

Nesta homenagem que o Legislativo Paranaense presta à Sociedade Morgenau, esperamos expressar a todos os 15 mil associados os sinceros cumprimentos desta Casa, bem como nossos votos de agradecimentos pelo trabalho de cunho social desenvolvido nas sete últimas décadas.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento da ALEP, se dê ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações à

Família Gusso, pela comemoração no dia 27 de fevereiro de 1988 do Centenário de Imigração para o Brasil.

Tal proposição enquadra-se perfeitamente nos propósitos deste Legislativo, de render homenagem àqueles que derrubaram no chão paranaense o suor de sua face, no trabalho pelo progresso e crescimento deste Estado.

A Família Gusso tem origens nos imigrantes italianos, Luigi, Alexandre e Christoforo, que a bordo do paquete "Rio Paraná", nestas terras aportaram em 1888.

Exemplo vivo da cordialidade dos povos, os Gusso, são o protótipo da gratidão aos que acolhem os imigrantes. Verdadeiros paranistas, construíram, empreenderam e hoje, são parte da história do Paraná.

A eles e aos seus descendentes, os Trevisam, os Zanetti, os Boscardin, os Busso, Gasparin, Pelanda, Scorzato, Carcereiri, Razera, Gabardo, Casagrande e outras, os cumprimentos do Poder Legislativo do Estado do Paraná e de todo o povo paranaense pelo trabalho e determinação no progresso deste Estado.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo", na pessoa de seu Diretor, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e ao jornalista Nacim Bacila Neto, pelos 40 anos de serviços prestados ao jornalismo paranaense e à Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Nacim Bacila Neto que há 40 anos milita na imprensa paranaense, mesmo tendo se aposentado em 1979, tem como filosofia de trabalho uma perfeita integração com toda uma equipe de jornalistas, gráficos, pessoal técnico e administrativo na imprensa onde trabalha, assim como a sua paixão pela informação correta e isenta de pressões. Começou nos cargos mais humildes, chegando a secretário de redação. Foi fundador dos cursos de jornalismo da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Católica do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no artigo 134, § 1.º, inciso IV, do Regimento Interno, o Deputado in-

fra-assinado, REQUER que, após ouvido o soberano Plenário, conste da Ata da sessão de hoje, um voto de louvor ao América Pontagrossense Futebol Clube.

Detentor do troféu de Campeão Geral de 1985, de todos os campeonatos promovidos pela Liga de Futebol Regional de Ponta Grossa, o América Pontagrossense Futebol Clube vem galgando brilhantemente os degraus do sucesso, resultado de um trabalho onde a harmonia, compreensão, disciplina e colaboração da equipe tem sido o respaldo constante na difícil luta contra os obstáculos surgidos em busca das conquistas dos títulos alcançados.

O brilhantismo da participação de suas categorias, angariou-lhe a posição de maior colecionador de títulos de Ponta Grossa.

Como resumo das conquistas do time, podemos destacar: CATEGORIA INFANTIL - iniciou seu caminho de vitórias em 1983. Foi bicampeão invicto em 1984; em 1985 conseguiu o tricampeonato e, em 1986, sagrou-se tetracampeão; CATEGORIA JUVENIL - em 1984 foi campeão, em 1985 ganhou o bi invicto e em 1986 conquistou o tricampeonato; CATEGORIA JÚNIOR - aparecendo como a melhor equipe da categoria foi campeão em 1985 e em 1986 conseguiu a taça do bicampeonato; CATEGORIA ADULTO - tornou-se campeão em 1984, sem sofrer nenhuma derrota. Em 1985 conseguiu o bicampeonato e, em 1986, com uma brilhante disputa, conquistou o tricampeonato. Nessa categoria, o jogador Nilson destacou-se como um dos maiores goleadores da história do América.

Em três anos de campanha, o América Pontagrossense Futebol Clube disputou 167 jogos, conseguiu 108 vitórias, 34 empates e sofreu 25 derrotas, incluindo-se a participação da equipe adulta, em 1984, no Torneio Haroldo Albergue e na Taça Paraná. Marcou 423 gols e sofreu 168, com um saldo de 255 tentos. Nilson, seu melhor artilheiro, assinalou 65 gols, seguindo-se Fio, com 27, Lelo, com 25, Nelson de Paula, com 17 e Josmar, com 16 gols.

O Presidente José Romeu Mudrey tem muito do que se orgulhar, pois em todas as jornadas em que estiveram envolvidos, a determinação e competência dos jogadores vem sendo coroada de pleno êxito.

É com grande honra que rendemos nossas homenagens à Diretoria e toda equipe do América Pontagrossense Futebol Clube.

Requeiro, que cópia deste expediente, seja encaminhada aos interessados.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. José Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, pelo brilhante desempenho financeiro daquela instituição, traduzido pelo excelente lucro verificado em seu balanço financeiro no ano de 1987.

Requer ainda, seja dado conhecimento ao Sr. José Carlos Finardi, no seguinte endereço: Rua João Máximo Kopp, 274, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao periódico "Diário Popular", pela comemoração dos seus 25 anos de existência.

Requer ainda, seja dada ciência ao jornalista Abdo Aref Kudri, fundador e Diretor-Presidente do "Diário Popular", do teor do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Mister louvar e comemorar os 25 anos de existência do periódico "Diário Popular".

Fundado e dirigido pelo jornalista Abdo Aref Kudri, no dia 04 de março de 1963, o hoje tradicional "Diário Popular", vibrante órgão de imprensa da nossa Capital, tem penetração em todo o Estado do Paraná.

O jornal "Diário Popular", reflexo da atuação de seu comandante, hoje é uma força no setor de comunicação pública estadual, possuindo sede própria, moderno equipamento gráfico, máquinas de composição das mais modernas, além de selecionada equipe de técnicos, jornalistas, repórteres e colaboradores.

Como se infere do que acima foi exposto, os serviços prestados à coletividade paranaense pelo jornal "Diário Popular", justificam sobejamente a concessão da homenagem que ora propomos, a qual, tenho certeza, receberá a inteira aprovação desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada em Ata um voto de regozijo à Família Gusso, pelo transcurso dos cem anos de vida no País - 1888 a 1988.

A Família Gusso, hoje estimada numa população acima de três mil pessoas, que atuam nos mais variados setores profissio-

nais e empresariais, em nove Estados brasileiros, contribuindo de maneira grandiosa no desenvolvimento econômico e social das regiões em que se instalaram.

A Família Gusso é hoje símbolo vivo do trabalho e da fé cristã, e que, adotando como lema Tradição, Honra e Trabalho, nos dá o exemplo de que, para superar as dificuldades, a força maior é a união familiar.

Do presente, requeiro seja oficiada a família nominada.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A situação sócio-político-econômica por que está passando o nosso país é extremamente preocupante. Em pouquíssimos momentos históricos a população foi tão exposta a problemas desta ordem e de tal gravidade.

A inflação galopante provoca a corrosão e o arrocho salarial, o desemprego e agudiza a miséria de parte significativa da população. Reduz drasticamente o consumo, desaquece a economia e desestimula os investimentos, provocando a total insegurança nos setores produtivos.

Por outro lado, a ilegitimidade e a fragilidade do poder central, a obstinação do Presidente José Sarney por um mandato mais longo, a afrontas ao Congresso Constituinte através de comentários de má-fé e infundados juridicamente assacados pelo Presidente e por Ministros de Estado, as negociatas imorais promovidas pelo Planalto, a divulgação do estado lamentável de corrupção e de ameaças de retrocesso político, aprofundam o fosso em que se encontra a classe política brasileira.

Diretas para Presidente, ainda em 1988, é a saída mais sensata para o estado de calamidade em que se encontra o País, capaz de recuperar a credibilidade do povo e legitimar o poder.

Diante do exposto, este Deputado requer a manifestação dos parlamentares estaduais paranaenses, apoiando a iniciativa da OAB - Seccional do Paraná, de outras entidades e partidos políticos, responsáveis pela proposição e organização do "Dia da Advertência" - o "Dia do Basta" - a realizar-se no próximo dia 04 de março.

Requer, ainda, o envio de cópia deste expediente aos sindicatos e federações de trabalhadores em Curitiba e aos partidos políticos organizados no Estado do Paraná.

Requer ao final, que a Mesa desta Assembleia decrete ponto facultativo aos seus funcionários, a partir das 15:00 horas do dia 04 de março, para que possam participar das manifestações pela democratização do País.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) PEDRO TONELLI

Líder do PT.

Apoiamto: Antônio Belinati, Algaci Túlio, Nereu Carlos Massignan e Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Doutor Léo de Almeida Neves, Superintendente do INPS no Paraná, solicitando suas providências no sentido de autorizar os trabalhos de recadastramento de beneficiários da Previdência pela Agência de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões em 02.03.88.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Historicamente os beneficiários da Previdência do Sudoeste paranaense sofrem dificuldades irremovíveis. Muito especialmente os residentes nos municípios ligados à Francisco Beltrão. A maioria desses beneficiários é constituída de gente simples, carente de fontes alternativas de rendas e para os quais dificuldades anormais criam obstáculos intransponíveis. Entre essas dificuldades, a necessidade de locomoverem-se à cidade de Pato Branco para o atual recadastramento exige atenções muito especiais. Não bastasse a distância a impor viagem fracionada - primeiro a Francisco Beltrão e depois a Pato Branco, há a considerar as despesas - custo de passagens, refeições, pernoites etc. Conhecermos, todos, as peculiaridades regionais do Sudoeste paranaense, comprometemos a buscar a reclamada solução junto ao Senhor Superintendente Regional do INPS do Paraná, rogando-lhe a necessária autorização para que a Agência do INPS de Francisco Beltrão seja autorizada a proceder ao recadastramento dos beneficiários da previdência.

Temos certeza de que ao conhecer os motivos que ordenam a necessidade ora deprecada, o Senhor Superintendente Regional, Doutor Léo de Almeida Neves, tomará as providências necessárias concedendo a autorização solicitada que favorecerá centenas de beneficiários da Previdência dos 18 (dezoito) municípios da área de influência de Francisco Beltrão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais e, após ouvido o Egrégio Plenário, REQUER se digne Vossa Excelência determinar seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, digníssimo Presiden-

te do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando sejam tomadas as providências visando a criação e instalação da 2.ª Vara da Comarca de Wenceslau Braz.

O Município e Comarca de Wenceslau Braz conta atualmente com mais de 20 mil habitantes e dá atendimento a vários municípios das proximidades, o que indiscutivelmente, gera grande número de processos cíveis e criminais, sendo insuficiente a existência de apenas uma Vara, tornando difícil e moroso o trâmite do serviço judiciário do Município.

Assim sendo, confiamos em que o ilustre Presidente do Tribunal de Justiça se digne gestionar a necessária criação e instalação da 2.ª Vara na referida Comarca.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando ao governo uma política agrícola mais coerente, e que o Valor Básico de Custeio (VBC) para o trigo seja calculado em valores reais, com liberação de 100% do valor para o pequeno agricultor.

1. Presidente da República, Senhor José Sarney.
2. Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias.
3. Ministro da Agricultura, Senhor Iris Resende Machado.
4. Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, Senhor Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Existem rumores de que o governo está pretendendo limitar a concessão dos VBCs para a próxima safra de trigo em 90% para os pequenos agricultores, 50% para os médios e 40% para os grandes produtores. Caso isto seja concretizado, a triticultura estará sendo vítima, mais uma vez, dos desencontros de uma política descabida e fora da realidade, o que vem mais uma vez demonstrar que o governo tem uma visão muito simplista da economia nacional, ignorando que está no setor primário a salvação e a esperança para o nosso País.

Conforme comentou o Dr. Paulo Carneiro, Presidente da Federação Paranaense da Agricultura - FAEP, seria lamentável que mais uma vez, a triticultura seja sacrificada. Lembra ele que a atividade vem sendo sacrificada e penalizada por falta de definições e por excessos de atitudes inco-

rentes para com a sua importância no contexto nacional. É importante frisar, que a classe produtora está confusa, e ao mesmo tempo estarecida com esta sucessão de medidas contrárias aos interesses nacionais, e caso seja confirmada a informação de o governo reduzir em 10 pontos percentuais os financiamentos dos VBCs, aí sim, teremos perdidas todas as esperanças de um futuro coerente com nossa potencialidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando apoio do Governo Estadual e Federal às reivindicações dos cotonicultores do Estado do Paraná, conforme conclusão de sindicalistas em reunião ocorrida em 21 de fevereiro de 1988, na cidade de Maringá.

1. Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias.
2. Ministro da Agricultura, Senhor Iris Resende Machado.
3. Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, Senhor Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada na Cidade de Maringá, no dia 20 de fevereiro, próximo passado 22 dirigentes sindicais, elaboraram uma carta, contendo 7 itens que segundo eles, vai aliviar a situação de insolvência em que se encontra a maioria dos cotonicultores.

No primeiro item, os sindicalistas pedem o fim do monopólio da semente de algodão, exercido pela CAPE do Paraná. Depois, querem que o governo pare de importar produtos agrícolas, considerando que os agricultores brasileiros produzem o suficiente, e além de tudo não é justo que o agricultor colha sua produção e fique a espera de um preço melhor para não tomar prejuízo e o Governo venha a importar o produto, baixando ainda mais o preço interno do produto e aumentando o prejuízo, que o preço mínimo do algodão seja estipulado a partir de 1º de março em Cz\$ 1.000,00 a arroba e tenha sua correção feita pela variação da OTN, querem ainda a isenção da correção da OTN no primeiro trimestre deste ano, para os pagamentos dos empréstimos bancários; que o pagamento do produto seja feito à vista, no ato da venda e, finalmente, que o pequeno agricultor seja ouvido quando da elaboração do preço mínimo dos produtos agrícolas.

Caso não haja apoio por parte do go-

verno às reivindicações dos cotonicultores, acredita-se que dentro de dois anos será completamente inviável o plantio de algodão em nosso País, além de várias propriedades agrícolas passarem a incorporar o patrimônio das instituições financeiras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Heinz Dittmann, Digníssimo Embaixador da República Federal da Alemanha, solicitando apoio ao não fechamento do Consulado Geral daquela República nesta Capital.

Solicita ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Ilustríssimo Senhor Mathias Leh, Mui Digno Presidente da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda., em Vitória/Entre Rios, 85.100 - Guarapuava - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Tomando conhecimento do possível fechamento do Consulado Geral da República Federal da Alemanha em Curitiba, justifico tal expediente no sentido de solicitar o prestigioso apoio de encarecer às autoridades alemãs de não concretizar tal medida.

O fechamento do Consulado Geral, competente tanto para o Paraná como Santa Catarina, além de prejudicar grandes colônias e os respectivos descendentes, engajados em todos os ramos da economia paranaense, como exemplo podemos citar a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda., em Guarapuava/Pr., significa de fato, uma diminuição da importância do próprio Estado do Paraná no contexto brasileiro, como também, resulta dificultar, no futuro, os contatos políticos, econômicos e culturais com aquela nação, em prol do desenvolvimento do nosso Estado, e porque não do vizinho Estado de Santa Catarina.

Em razão do exposto, uma urgente tomada de posição do Excelentíssimo Senhor Embaixador, certamente alertará as autoridades alemãs a respeito das consequências negativas e proporcionará a revisão da pretensão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente em forma de apelo deste Poder, à Embaixada da Alemanha no Brasil, em defesa da manutenção do Consulado Geral daquela nação, em Curitiba.

A par das notícias veiculadas pela imprensa, dando conta da decisão do fechamento do "braço" consular da República Federal da Alemanha em nossa Capital, achamos imprescindível o pronunciamento desta Casa contra a decisão, apelando pela sua não desativação, haja vista que é inegável a enorme contribuição dada ao Estado do Paraná, o intercâmbio artístico cultural, comercial e social além das atividades de cunho promocional humanas e assistenciais.

O Deputado subscrito, REQUER, ainda, o envio de proposição ao Excelentíssimo Governador do Estado, no sentido de que seja manifestado também, o apoio do Poder Executivo, pela manutenção do Consulado Geral da Alemanha em Curitiba, como agradecimento e tributo aos povos germânicos, que aqui se fixaram quando da colonização do Sul do País, impregnando nossa cultura, dos costumes e tradições alemães.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente e o registro nos Anais deste Poder Legislativo, do transcurso do Jubileu de Prata de fundação do Jornal "Diário Popular" desta Capital, em nome de seu Diretor Presidente, jornalista ABDO AREF KUDRI.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Fundado no dia 04 de março de 1963, o Jornal "Diário Popular" enfrentou todas as crises políticas destes últimos vinte e cinco anos, quando a imprensa brasileira sofreu toda a sorte de censura por parte do Governo militar. Mesmo assim, o Jornal "Diário Popular", sobreviveu graças ao mérito de seu Diretor Presidente o jornalista Abdo Aref Kudri que soube enfrentar as dificuldades e vencer as barreiras que foram surgindo ao longo de sua existência. Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nada mais justo que se registre nos Anais deste Poder Legislativo o Jubileu de Prata deste jornal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando destinar à Delegacia de Polícia do Município de Iporã, uma viatura policial.

Da aprovação requer que se dê ciência ao Ilustríssimo Sr. Manoel Messias Pinto,

MD. Delegado de Polícia de Iporã e ao Vereador Joaquim Alves Filho, daquela cidade.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se deve ao fato de a Delegacia de Polícia de Iporã, até a presente data, não ter uma viatura policial para oferecer aos munícipes, eficiência e segurança no trato da prevenção e repressão aos marginais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, solicitando a perfuração de poço artesiano no Distrito de Pocinho, no Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é baseada em reivindicações da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz e moradores daquele Distrito, que necessitam o abastecimento de água em suas residências.

Seguramente, por se tratar de uma justa aspiração do povo do Distrito de Pocinho, aguarda-se da SUREHMA e dessa Pasta a atenção esperada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado a Sua Excelência o Sr. Secretário da Habitação, Odeni Villaca Mongruel, a fim de que sejam liberados recursos para a construção de Conjuntos Habitacionais, no Município de Ponta Grossa, visando abrigar a aproximadamente cinco mil famílias de baixa renda.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Preocupado com o problema de falta de moradias, que aflige milhões de brasileiros e paranaenses, apresentamos o presente requerimento com a finalidade de sensibilizar as autoridades ligadas ao setor habitacional e em especial o Secretário de Estado da Habitação, Excelentíssimo Sr. Odeni Villaca Mongruel.

A população de baixa renda da cidade de Ponta Grossa tem clamado pela construção de moradias, pois lhes falta um teto

para acomodarem suas famílias e, há mais ou menos cinco anos não se constrói conjuntos habitacionais naquela cidade, ocasionando com isto a grande proliferação das chamadas "favelas", onde homens, mulheres e crianças vivem em condições não dignas de seres humanos.

Portanto, se faz urgente a edificação de casas populares que possam abrigar cinco mil famílias pontagrossenses, principalmente devido às poucas condições econômico-financeiras que possuem estes nossos irmãos, não possuindo em consequência, meios para adquirirem um terreno e construir uma casa para aconchegarem seus entes queridos.

Apesar de termos em outros requerimentos citado a célebre frase do grande estadista Tancredo Neves, entendemos ser esta cabível na oportunidade, e imbuído do espírito de que todo o ser humano tem direito a uma moradia digna, dizia: "Enquanto houver neste país, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Dias, ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor e ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Sr. Rubens Bueno, no sentido de ser enviado auxílio financeiro à Sociedade Educacional Paranaense "Catequista de Queluz", com sede na cidade de Guarapuava.

É notória a atividade educacional da sociedade acima mencionada, bem como ainda no atendimento à área social e filantrópica às pessoas menos favorecidas financeiramente, e sua tradição de plano justifica referida reivindicação.

Do presente requer se dê conhecimento ao professor Ignácio Francisco Xavier, Presidente da Sociedade Educacional Paranaense "Catequista de Queluz", com sede à Rua Senador Pinheiro Machado, 1404, Caixa Postal, 418 - Guarapuava-PR.

Sala das Sessões, em 02.03.88

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Habitação, Odeni Villaca Mongruel,

reiterando apelo formulado àquela autoridade, através da Assembleia Legislativa do Estado, em data de 09 de novembro próximo passado, no sentido de urgentes medidas para a execução dos reparos relativos a problemas de construção, além de outras providências tais como: troca de portas e demais acabamentos, nas obras dos Núcleos Habitacionais Rio Verde, Santa Maria, Bortolo Borsato, Santa Paula e Santa Tereziinha, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

JUSTIFICATIVA:

A moção apresentada ao Sr. Secretário da Habitação, evidencia a preocupação do Parlamentar Djalma de Almeida César ao apelo constante de moradores dos núcleos habitacionais mencionados, compostos em sua maioria de pessoas de poucos recursos, que vêem no imóvel a garantia de possuir um patrimônio, ainda que à custa de sacrifícios, mas que no presente constitui-se o seu abrigo, o seu lar, e, no futuro, certamente, a herança para os filhos.

Isso, obviamente, implicará na conservação constante do bem imóvel adquirido como na segurança que ele poderá propiciar ao morador, como construção, aspectos esses fundamentais à sua valorização dentro do mercado imobiliário.

Essa linha de raciocínio propicia, seguramente, vantagens, tanto ao mutuário como também ao órgão financeiro que estará, dessa forma, cumprindo integralmente o seu papel no contexto social brasileiro, onde o problema da moradia tem, lamentavelmente, lugar de destaque.

Com este propósito, não que se empenhar com afincos as autoridades constituídas, objetivando uma vida mais digna ao trabalhador e à sua família.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação e instalação de um posto do Corpo de Bombeiros, no parque industrial de Sarandi.

1. Governador Álvaro Dias
2. Secretário de Estado da Segurança Pública- Doutor Antônio Lopes de Noronha
3. Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Coronel QOBM Miguel A. Capriotti.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O parque industrial de Sarandi, conta hoje com várias indústrias, muitas delas com atividades que oferecem riscos permanentes de incêndio, portanto é de extrema

e vital importância a instalação de um destacamento do Corpo de Bombeiros para atendimento às indústrias instaladas naquele parque industrial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Governador do Estado, ao Secretário da Segurança Pública do Paraná, ao Diretor da Polícia Civil do Estado e ao Superintendente da Polícia Federal do Paraná, solicitando providências urgentes no sentido de apurar responsabilidades pelo furto do Painel da Constituinte, que estava instalado na "Boca Maldita", e que anunciava publicamente como votaram os Deputados Federais e os Senadores do Paraná, na Constituinte, num verdadeiro atentado à democracia e à liberdade de informação.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

Os eleitores brasileiros ao votarem nos constituintes em 1986, depositaram neles as suas esperanças, seus desejos de mudança na estrutura social brasileira. O eleitor tem o direito de saber qual a posição assumida pelo seu representante no momento de decidir os destinos do País. Foi com este intuito que entidades dos trabalhadores instalaram na "Boca Maldita" o Painel da Constituinte, onde constam os nomes de todos os Senadores e Deputados Federais do Paraná, na Constituinte e que a cada tema votado marcaria a posição do constituinte no momento da votação. É desnecessário dizer-se que a Prefeitura Municipal de Curitiba autorizou a instalação do placar da Constituinte. Num atentado à democracia e à liberdade de informação. O Painel foi furtado na noite de 29 de fevereiro e madrugada de 1º de março. Este Poder Legislativo não pode calar-se diante de tal afronta à população paranaense e exige a tomada de providências acima especificadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Doutor. Rubens Bueno, Digníssimo Secretário do Trabalho e da Ação Social, solicitando seja promovido em caráter permanente uma campanha sobre medidas de prevenção contra acidentes, através de palestras junto às empresas, fazendo aproveitamento de voluntários e estudantes universitários que poderão ser remunerados por

hora/participação.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Muitos acidentes graves de trabalho têm alarmado assustadoramente a sociedade brasileira causando insegurança aos trabalhadores que têm a necessidade de desenvolver atividades que venham implicar em algum risco.

Pesquisas têm demonstrado que a maior parte dos acidentes de trabalho são causados pela imprudência do homem que por falta de conscientização de sua responsabilidade e dever, passando a praticar inconscientemente suas atividades não considerando os riscos existentes.

Por outro lado nossa proposta tem em vista o aproveitamento de voluntários e estudantes universitários que poderiam contribuir com atividades e palestras subsidiárias aos empenhos já existentes, tornando uma campanha efetiva de conscientização de cada um em evitar tais acidentes. Tais tarefas poderiam ser remuneradas por hora/participação, constituindo uma espécie de ajuda e apoio à força econômica de muitos estudantes que enfrentam sérias dificuldades em manter seus estudos, a exemplo do INPS, que paga Cz\$ 25,00 (vinte e cinco cruzados) por formulário preenchido aos aposentados.

Deste modo, estaríamos premiando a classe trabalhadora de uma forma racional ao mesmo tempo que contribuiríamos para a amenização dos inúmeros problemas enfrentados pelos estudantes carentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delcino Tavares da Silva, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a criação de um Posto de Saúde, na localidade de Novo Três Passos, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Sendo a localidade de Novo Três Passos, um distrito com considerável número de habitantes e estando relativamente distante da sede do Município, é de extrema necessidade a criação de um Posto de Saúde para atendimento emergencial a estes moradores, pois o deslocamento para a sede é um tanto dificultosa e demorada. Além disso, facilitaria o trabalho de atendimento da sede, uma vez que os atendimentos de primeiros socorros seriam feitos na própria localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que os Certificados de Propriedade de Veículos, passem a ser emitidos pela 13.ª CIRETRAN de Maringá, a fim de evitar transtornos aos proprietários de veículos e despachantes de trânsito.

1. Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias

2. Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha.

3. Diretor-Geral do DETRAN-Pr, Doutor Jesus Sarrão.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Maringá e região contam hoje com uma frota de aproximadamente 70 mil veículos, e o fato de não serem emitidos naquela cidade os Certificados de Propriedade de Veículos, dificulta e atrasa o processo de transferência e aquisição de veículos, principalmente para as vendas realizadas pelo sistema "leasing" e de consórcios. Por estar atualmente centralizado na Capital do Estado, a emissão dos referidos certificados demoram em média de 20 a 30 dias para serem entregues aos proprietários de veículos, causando dificuldades para os segmentos envolvidos.

Visando descentralização da emissão destes certificados a 13.ª CIRETRAN de Maringá já está dotada de infra-estrutura básica para a instalação das máquinas que passariam a emitir estes documentos. Portanto, vimos por meio deste solicitar às autoridades competentes a agilização do processo de instalação do referido sistema de emissão de certificados em Maringá, contribuindo de maneira efetiva para a descentralização e desburocratização de um dos muitos serviços geridos pelo Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento na Constituição do Estado e ainda;

CONSIDERANDO, que é de público conhecimento a destruição das Reduções Jesuítas de Nossa Senhora do Loreto e de Santo Inácio Menor, no Noroeste do Estado, para dar lugar a plantações de soja e algodão;

CONSIDERANDO, que a Imprensa do Estado tem veiculado, freqüentemente, notícias dando conta de que o Professor Igor Chmyz, da UFPr, responsável pelo descobrimento das Reduções, deu conhecimento à Secretaria de Cultura do Paraná, quanto ao achado;

CONSIDERANDO, que a destruição das Re-

duções contraria à Lei Estadual n. 33, de 17 de janeiro de 1948, além das normas estabelecidas pela UNESCO, Ministério da Cultura e Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, quanto ao reconhecimento, tombamento e preservação de remanescentes históricos;

CONSIDERANDO, que é dever do Poder Legislativo fiscalizar os atos do Executivo, quanto ao zelo e preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, como fonte de Pesquisa, Estudos e Documentação da vida das civilizações primitivas existentes no Paraná;

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o encaminhamento ao Senhor Secretário de Estado da Cultura, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I - O Senhor tinha conhecimento da existência das reduções Jesuítas no Noroeste do Estado, conforme notificação do Professor IGOR CHMYZ?

Em caso afirmativo:

II - O que foi feito pela preservação, proteção e oficialização do tombamento do achado?

Se a resposta ao 1º quesito for negativa:

III - Através dos arquivos da Secretaria de Cultura do Estado, é possível verificar a existência do ofício do Professor Igor Chmyz, notificando o achado?

IV - A que setor da SEC este ofício foi encaminhado?

V - Qual o encaminhamento e tramitação legais a que o documento do Professor Igor Chmyz deveria obedecer, nesta SEC?

VI - O Senhor atribuiria o desconhecimento da notificação à negligência, omissão ou desleixo de algum setor dessa Secretaria ou mesmo ao próprio ex-Secretário de Cultura Fernando Ghignone?

VII - Quais as providências que estão sendo tomadas para apurar as responsabilidades pela negligência, contida no desconhecimento e na ausência de ação, que resultaram, exatamente, na destruição das Reduções?

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído nos Anais desta Casa, a matéria jornalística "Bacila, 40 anos de Gazeta do Povo", publicada hoje, dia 2 de março na pág. 48 do Jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa de Leis, o discurso, na íntegra, alusivo ao "Dia da Poesia", comemorado nesta data, em anexo.

Sala das Sessões, em 02.03.88

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 001/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANACITY- APAE", com sede e foro no Município de Paranacity.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANACITY- APAE, que pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 25 de setembro de 1984, é uma Sociedade Civil de caráter assistencial, sem intuítos lucrativos e com duração indeterminada.

Tem por objetivos promover o bem-estar e ajustamento em geral das pessoas excepcionais, procurando estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas destas pessoas.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei a apreciação de nossos Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N° 002/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica denominada Rodovia Prefeito CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, a Estrada PR-484, que liga CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, BOA VISTA DA APARECIDA a TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Através do presente Plano de Lei, pretendemos prestar uma justa homenagem ao ilustre homem público, que dedicou parte

de sua vida para o desenvolvimento e engrandecimento da região.

Cícero Barbosa Sobrinho, nasceu na cidade de Quexara, hoje Faria Brito, aos 22 de fevereiro de 1935, no Estado do Ceará. Nessa mesma cidade natal, estudou até o 4º ano primário. Frequentou o 1º ano no seminário na cidade de Missão Velha no Ceará, com o intuito de ser ordenado padre, entretanto, posteriormente não alcançando a vocação esperada voltou a estudar no Colégio Estadual na Cidade de Lagoa de Santa Tereza, na mesma Comarca Farias Brito.

Devido a problemas políticos em 1948, seu pai necessitou retirar-se com toda a família do Estado do Ceará, vindo para o interior de São Paulo no Município de Martinópolis, prosseguindo seus estudos nessa cidade, concluindo o Normal Regional. Em 1953, transferiu-se para o Norte do Paraná, estabelecendo-se em Querência do Norte, auxiliando com todas as forças pela sua emancipação política, o que aconteceu em 1955, sendo eleito Vereador mais votado do Novo Município.

Em 1963, foi candidato a Prefeito Municipal, no referido Município de Querência do Norte, perdendo a eleição por apenas 22 votos. Logo em seguida voltou a residir em São Paulo, onde desenvolveu várias atividades, inclusive a de chefe de Gabinete do Diretor da Estrada de Ferro Sorocabana.

Em 1973, resolveu voltar ao Estado do Paraná, estabelecendo-se em Boa Vista da Aparecida, então Distrito de Capitão Leônidas Marques, participando ativamente pela sua emancipação política.

Em 1982, elegeu-se pelo PMDB, Primeiro Prefeito do novo Município de Boa Vista da Aparecida, falecendo em trágico acidente automobilístico no dia 02.01.88.

É este homem público que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome à Estrada PR- 484 que liga Capitão Leônidas Marques - Boa Vista da Aparecida a Três Barras do Paraná, pelo muito que fez pela Região pela sua gente, especialmente pelos mais carentes que era sua constante preocupação.

PROJETO DE LEI N° 003/88

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL PASSOS KRUGER, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL PASSOS KRUGER, criada em 18 de julho de 1986 e registrada em Cartório competente daquela localidade, tendo como objetivos principais manter estrita colaboração e entrosamento com o Núcleo Social da Cohapar, de cuja competência é a formação de Associação de Moradores nos conjuntos residenciais, conforme instruções do BNH, buscar os recursos institucionais disponíveis de âmbito federal, estadual, municipal, oficiais ou particulares, para execução de melhorias de infra-estrutura dos CR's bem como obtenção de equipamentos comunitários.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pais, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 004/88

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica criada o Pró-Ferrovia - Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, com a finalidade de promover o progresso da Região, tendo por objetivo a sua integração econômica, urbana, social, cultural, educacional, agrícola, industrial, comercial e turística que propicie a elevação da qualidade de vida e do padrão cívico do povo paranaense.

§ 1º- O Pró-Ferrovia- Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, será administrado e promovido pela Comissão de Incentivo e Administração, que será constituída pela iniciativa privada da Região Oeste do Estado, através das Associações Comerciais e Industriais, ACAMOP- Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná- AMOP- Associação dos Municípios do Oeste do Paraná e Cooperativas, pelo sistema de sufrágio realizado em Assembleia Geral, reunida pela Comissão Provisória nomeada pelo Governador do Estado.

§ 2º- O Governador do Estado terá o prazo de 30 (trinta) dias após a promulgação desta Lei, para nomear a Comissão Provisória de Incentivo e Administração do Pró-Ferrovia- Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, e esta, terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do ato da nomeação, para realizar a Assembleia Geral.

Art. 2º- A Comissão Provisória, bem como as Comissões de Incentivo e Administração do Pró-Ferrovia- Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, que vierem a ser constituídas nos termos desta Lei, serão integradas, exclusivamente, por empresários, agricultores, operários e profissionais liberais da Região Oeste do Es-

tado.

Art. 3º - A sede do Pró-Ferrovia- Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná será fixada pela Assembleia Geral, na respectiva Ata dos Trabalhos. E, a Comissão de Incentivo e Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias arquivará na Secretaria de Estado da Administração, o Plano de Ação Biental, no qual fixará a forma de constituição orçamentária e respectivo projeto de suprimento da receita e da despesa.

Art. 4º - O Pró-Ferrovia- Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, será mantido pela iniciativa privada da Região, sem qualquer amparo financeiro do Estado, a não ser o constante dos incentivos de desenvolvimento, da competência decisória e administrativas do Governo do Estado, que deverão ser dispostos nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - Os incentivos que o Governo do Estado concederá ao Pró-Ferrovia- Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, constarão de isenções tributárias e reduções de tarifas por prazo determinado, e linhas compatíveis de créditos oficiais aos empreendimentos que atenderem os setores especificados nesta Lei, sem prejuízo do que for oferecido pelas administrações municipais.

Art. 5º - A organização física e administrativa do Pró-Ferrovia- Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, será de autonomia da sua Comissão de Incentivo e Administração. E, em hipótese alguma, subentenderá autarquia ou derivação de serviço de Governo.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) DAVID CHERIEGATE.

Apoisamento: Raul Lopes, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Antônio Belinati e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

I- Fundamento Técnico

O presente Projeto de Lei fundamenta-se no art. 21, inc. I, art. 23, inc. II, art. 25 e art. 129, da Constituição do Estado do Paraná, C.C. art. 13, da Constituição da República, na forma regimental.

II- Fundamento Político.

O partido governista defende a tese do "Governo participativo", que não é outra coisa senão a elaboração legislante da respectiva execução ideológica.

O libelo generalizado do momento, acusa a classe política de desídia e de falta de domínio do contexto sócio-econômico do País, de onde proviriam os desacertos com os quais a Nação se debate. Isso, impõe então, a este Poder Legislativo, a instrumentalização da iniciativa privada no sen-

tido de se estabelecer uma única forma entre os libeladores e libelados.

O poder não é monopólio mandatário. E, quando o Governo é a execução da doutrina democrática, o poder fica mais qualificado pela necessidade de descentralização e popularização. Pois então, é hora de o Poder Legislativo descentralizar a sua autonomia política, dotando a sociedade de poder empreendedor próprio.

O mais grave problema do Brasil, que se reflete no Estado do Paraná, é a INFLAÇÃO DEMOGRÁFICA gerada por falta de expansão das conseqüentes áreas de produção. E, as ciências e cátedras já mostraram pelos repetidos insucessos, que tal problema demanda solução de Bom senso político que devolva ao povo, a responsabilidade por si mesmo e pelo suprimento de suas necessidades existenciais. E isto se resume na organização empresarial da população, dando regionalização governamental à administração pública, nos moldes concebidos e em vias de empreendimento pelo Governo do Estado.

III- Fundamento Estratégico.

Ainda não temos fatos que levem os paranaenses a desacreditarem do Governador Álvaro Dias, que por justiça reconheça-se que é ele um dos Governadores mais ponderados e com melhor nível de determinação, da República. Por isto, é certo que a FERROESTE, como empreendimento de honra da sua administração, será viabilizado ainda na sua gestão. E este reconhecimento transformará o extremo Oeste do Estado numa das mais importantes regiões do Brasil, porque abre por ali, um dos portos de integração comercial da América do Sul. Por isto, a organização da iniciativa privada daquela Região a nível de cooperação governamental, vem de encontro ao progresso que a administração do Governador Álvaro Dias, está implantando. Em verdade, a FERROESTE deve ser vista, também, como uma conquista coletiva a creditar-se: a CACIO-PAR- Confederação das Associações Comerciais do Oeste do Paraná; às Cooperativas da Região; à classe política; à ACAMOP - Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná; à AMOP- Associação dos Municípios do Oeste do Paraná; ao dinamismo empreendedor de todas as lideranças empresariais e comunitárias da Região; bem como a batalha que a grande imprensa da nossa Região tem empreendido.

Aliás, a descentralização de Governo patrocinada pelo Poder Público, já tem dado larga experiência de burocratização dos serviços oficiais. Daí, descentralizar o Governo para a iniciativa privada, além de evitar a burocracia, tão inimiga do progresso, oferece ao Governo a cooperação direta dos centros de desenvolvimento, e coloca o povo em igual grau de responsabi-

lidade com o Governo.

Enfim, coincide com a constatação que assistimos na Região, de que a industrialização não é somente uma responsabilidade da administração pública, pois, somente se viabilizará pela integração de esforços do povo com o Estado. Entendemos que o Deputado, representante do povo, tem que ser o reflexo dos seus anseios e dos seus reclamos. No momento em que o projeto de industrialização do Oeste une, pela primeira vez, todas as lideranças políticas, acima das suas legendas.

A FERROESTE será uma das obras governamentais mais importantes que o Paraná, terá: ligará dois extremos portuários de escoamento da nossa produção e de intercâmbio comercial. Por tudo isto, o esforço que vem sendo desenvolvido pelo governador Álvaro Dias pela realização dessa obra, deve ser encarado como interesse do Paraná ao respaldo de todas as posições partidárias do Poder Legislativo. E, uma das posições mais produtivas é certamente esta, que busca estender a responsabilidade pelo progresso, por dentro da fusão do povo e governo.

Ora, o País busca um "pacto social", como forma de se encontrar o denominador comum da Nação e do Estado que possibilite o ajustamento dos gastos públicos às respectivas condições de liquidez do Tesouro. Então, temos de começar por oferecer à iniciativa privada e à sociedade, uma estrutura jurídica que encaminhe as partes interessadas a solução dos problemas comuns. E o precursor deste caminho é o próprio Governador Álvaro Dias que, desde o início do empreendimento da FERROESTE, vem propondo a formação de um consórcio empresarial pela obra.

Ao apresentarmos este Projeto de Lei, firmamo-nos na confiança de que, depois de analisado e discutido, será aprovado, para contribuir à consolidação industrial do Oeste do Paraná, como centro de desenvolvimento econômico e social da Região.

PROJETO DE LEI N° 005/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É declarada de Utilidade Pública a "CASA DO POETA EDUARDO DINIZ", com sede e foro em Ibioporã.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei tem por escopo, o justo reconhecimento do Estado a uma das entidades que tem se ressaltado no

cultivo da cultura, levando a poesia e a inspiração não só à comunidade paranaense como a outros Estados brasileiros através de promoção de concursos interestaduais, que resultaram na coletânea intitulada "Novos Tempos" - de repercussão nacional.

Com destacada dedicação, sua diretoria tem desenvolvido inúmeros e louváveis projetos em prol do desenvolvimento da cultura, os quais vem coroando a referida Casa com louros de vitórias em diversos Estados da Federação.

Provam o exposto as publicações em anexo, e a declaração de Utilidade Pública Municipal conforme Lei n° 857/87.

PROJETO DE LEI N° 006/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública, o INSTITUTO MÃE DE MISERICÓRDIA DAS IRMÃS SERVAS DOS POBRES, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) RAUL LOPES.

PROJETO DE LEI N° 007/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As águas provenientes de pequenas bacias mananciais destinadas a abastecimento, deverão satisfazer os requisitos mínimos para seu enquadramento na classe 2 especificada na Portaria n° 13 do Ministério do Interior de 15 de janeiro de 1976.

Parágrafo único - Pequena Bacia Manancial, doravante denominada bacia, será a pequena bacia destinada a manancial de abastecimento de água potável, ou, a área da bacia hidrográfica situada a montante do local onde exista ou se preveja futuramente construir uma barragem destinada a captação de água para abastecimento urbano.

Art. 2° - Em um prazo a contar de um ano antes da data prevista para o início de operação de um sistema de captação de água, o órgão fiscalizador (SURHEMA) deverá apresentar relatório específico sobre a qualidade das águas na bacia em questão, apontando as principais fontes poluidoras existentes e propondo projeto para sua normalização ou remoção.

Art. 3° - São proibidas as instalações nestas bacias das seguintes indústrias ou estabelecimentos que possam a vir agravar o problema da poluição.

I- Indústrias altamente poluentes tais como:

- a. Fecularias de mandioca ou álcool (vinhoto);
- b. Indústrias metalúrgicas (não ferrosos) que trabalhem com metais tóxicos;
- c. Galvonoplastias;
- d. Indústrias químicas em geral (tintas, ácidos, defensivos);
- e. Matadouros;
- f. Artefatos de amianto;
- g. Indústrias ou usinas que processem materiais radioativos.

II- Estabelecimentos hospitalares:

- a. Hospitais;
- b. Sanatórios;
- c. Leprosários.

III- Depósitos de lixo:

Parágrafo Único- Fica estabelecido que as indústrias poluentes, ou depósitos de lixo pré-existentes deverão entrar em acordo com o órgão fiscalizador;

a. Apresentando projeto emergencial para o tratamento do seu esgoto e lixo, no qual seja previsto o transporte ou bombeamento do resíduo final para a bacia vizinha não destinada a manancial se possível, ou

b. Apresentando projeto de transferência para outra área não destinada a manancial em terreno a ser desapropriado por utilidade pública para este fim específico.

As despesas com a transferência serão por conta do Estado que poderá permutar os imóveis objetos desta transferência.

Art. 4º- Compete ao Poder Executivo, através dos seus órgãos de fiscalização e execução, assegurar que a qualidade de água seja mantida para o futuro dentro dos padrões mínimos aceitáveis não obstante o crescimento populacional.

§ 1º- O órgão fiscalizador será o órgão do Governo Estadual encarregado de fiscalizar, projetar e fazer cumprir as especificações previstas na Lei (SURHEMA-COMEC).

§ 2º- Órgão executor será o órgão do Governo Estadual ou Municipal encarregado de executar os projetos e especificações determinadas pelo órgão fiscalizador (SANEPAR-PREFEITURA).

Art. 5º - Recomenda-se prioridade na inclusão destas bacias no Plano Estadual de Microbacias, prevenindo-se a construção de terraços em curvas de nível, prioritariamente acompanhando os fundos dos vales de modo a obrigar que as águas pluviais eventualmente carreando poluentes atinjam diretamente o rio ou afluentes.

Parágrafo Único - Rio é o curso d'água principal desta bacia.

Afluente é qualquer um dos seus afluentes primários ou secundários.

Art. 6º- O parcelamento do solo deverá

ser estudado de tal forma que ao final de sua plena ocupação a poluição gerada pela população não ultrapasse os limites estabelecidos para água de Classe 2.

Art. 7º- Todo loteamento ou projeto de urbanização previsto na bacia será submetido a aprovação prévia do órgão fiscalizador que poderá recusá-lo ou exigir modificações.

§ 1º- O órgão fiscalizador deverá apresentar projeto em prazo hábil, prevenindo a execução prioritária pelo órgão executor de redes de captação em todas as áreas da bacia onde houver urbanização.

Será estudada também a possibilidade de bombear o afluente final destes esgotos para a bacia vizinha que não seja destinada a manancial.

§ 2º- O órgão executor deverá exigir de cada proprietário que execute suas instalações de esgoto providas de fossas sépticas anaeróbicas e separação de águas pluviais, dentro de especificações a serem normalizadas permitindo sua ligação a rede somente após satisfeitas estas especificações.

§ 3º- As novas edificações que se projetem construir na bacia em locais com urbanização já existente deverão ter seus projetos submetidos ao órgão fiscalizador.

§ 4º- As edificações isoladas que não comportem redes de esgoto deverão ser providas de fossas sépticas anaeróbicas e poços de infiltração, não sendo nunca permitido lançar o esgoto diretamente no rio ou afluentes.

Art. 8º- São indicadas para estas bacias atividades agro-pecuárias e de reforestamento.

Parágrafo Único - Quanto às atividades agrícolas, as únicas restrições serão quanto ao uso dos agrotóxicos e ao mau uso do solo que pode gerar erosão, os quais serão controlados pelo órgão fiscalizador.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei em questão destina-se ao controle da poluição em pequenas bacias mananciais. Visa não só evitar a instalação de indústrias poluentes, bem como também impedir o mau uso do solo, preservando-se desta forma a qualidade de águas destinadas ao abastecimento urbano. Além disso, através dos órgãos fiscalizadores e executores do Estado, pretende também, regularizar a situação de agentes poluidores já existentes.

PROJETO DE LEI N. 008/88

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada a estrada que liga o Município de Quatro Barras a

Piraquara até a BR-277, de PREFEITO ANTONIO ALCEU ZIELONKA.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tem, o presente Plano de Lei, o objetivo de homenagear o Prefeito Antonio Alceu Zielonka, pela sua contribuição para o progresso e crescimento do Município de Piraquara.

Cabe à comunidade consciente, perpetuar com homenagens dignas, aqueles que com espírito público, se dedicaram às suas causas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, ao Projeto de Lei em questão.

PROJETO DE LEI N. 009/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Comunidade de Assistência aos Dependentes de drogas, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Assistência aos Dependentes de Drogas foi intitulada na Cidade de Jacarezinho, com o intuito de promover, sem discriminação de qualquer espécie importante trabalho na recuperação de viciados em drogas e ou álcool, exercendo invulgar trabalho filantrópico de alto alcance social, transformando toxicômanos e alcoolatras em pessoas úteis à sociedade à família e a si próprio.

Anexamos ao presente Plano de Lei, a documentação necessária para sua tramitação atendendo o que preceitua a Lei n. 6994 de 10 de Janeiro de 1978, esclarecendo que no relatório das atividades estão enumeradas as promoções que a comunidade realizou e que nos estatutos da entidade fica estabelecida a obrigação de gratuidade no exercício dos cargos da diretoria.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Deputados deste Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 010/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado, o Poder

Executivo, criar o Serviço de Atendimento à Mulher - SAM, no Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Saúde, com a finalidade de dar atendimento médico à mulher carente da zona urbana e rural.

§ 1º - O Serviço de Atendimento à Mulher deverá ser realizado através de viaturas devidamente equipadas, para o deslocamento e prestação de serviços, por parte de médicos e enfermeiros.

§ 2º - Os Municípios com mais de 200 mil habitantes, deverão contar com mais de uma viatura, a ser prevista em regulamentação específica.

Art. 2º - O Serviço de Atendimento à Mulher, deverá ser regulamentado num prazo de 90 dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o Plano de Governo proposto pelo Senhor Governador Álvaro Dias, "a organização do setor de saúde atravessa, no momento, uma fase importante de modificações estruturais, consubstanciadas, a nível, nacional, na "reforma sanitária". Esta tem como diretriz a garantia de acesso igualitário da população à saúde pela universalização da assistência dos serviços de saúde públicos existentes e pela ampliação da oferta dos serviços nas regiões deficientes".

Com este projeto objetivamos garantir à mulher pobre, incluindo aquela da zona rural, o acesso tanto ao tratamento de saúde, bem como, a informações que lhe possibilitarão fazer um tratamento preventivo, que é a melhor forma de se tratar da saúde.

É de suma importância a assistência à mulher carente, pois é ela quem cuida da saúde de toda a família. Se ela tiver esclarecimento sobre uma série de doenças, sua prevenção, seu tratamento, poderá ser de grande ajuda, tanto à família, quanto ao Estado. Veja-se: programas de vacinação, contracepção, reidratação, etc, são alguns itens que podem ser ajudados pela atuação da mulher, da mãe.

Para viabilizar esta idéia, propomos seja criado o SAM - Serviço de Atendimento à Mulher, ficando este sob a responsabilidade do Estado, coordenado pela SESA, que representa o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde no Estado do Paraná.

Para execução do plano, pretendemos procurar a mulher, ao invés de esperá-la nos postos de saúde. Para isto utilizaremos viaturas-ambulância, devidamente equipadas, destinadas exclusivamente a este fim.

Procuramos através deste projeto cooperar com o Governo quando diz pretender assistir à mulher, dando-lhe condições de melhor qualidade de vida, tanto à ela, quanto à sua família.

PROJETO DE LEI N. 11/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Serviço de Assistência Médica e Odontológica das Subdivisões Policiais Cíveis do Estado do Paraná, que se destinará ao atendimento dos encarcerados.

Art. 2º - O Estado se obrigará a manter, nas Subdivisões, um ambulatório médico e odontológico, com o mínimo de um profissional de cada área específica, além de pessoal auxiliar, de modo a atender às necessidades dos presidiários.

Art. 3º - A Secretaria da Segurança Pública fica obrigada, no prazo de noventa 90 dias, a contar da data de vigência desta Lei, a promover a contratação do pessoal técnico exigido para a implantação do serviço de assistência médica e odontológica, através de concurso público.

Art. 4º - Os profissionais das áreas médica e odontológica perceberão vencimentos compatíveis com a atividade, respeitadas as normas estaduais já existentes.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos os presídios, especialmente do interior do Estado do Paraná, vêm enfrentando um grave problema: a falta de assistência, e mesmo para os detentos eventuais. Apesar dos reclamos das autoridades e da comunidade, o Estado não logrou resolver essa questão, tornando-se, na atualidade, angustiante.

As condições sanitárias dos presídios, quase sempre inadequados para o número de encarcerados que recebem, são comprovadamente inaceitáveis. Na prática, verifica-se, nos cárceres, o aumento significativo de diferentes tipos de doenças, inclusive as chamadas venéreas e, mais recentemente, a AIDS, que leva o pânico aos presidiários.

A falta de assistência, não resta dúvida, é responsável pelo agravamento dessa situação. Não bastassem as dificuldades naturais da adaptação à privação da liberdade, os presos encontram um quadro de insegurança sanitária dentro dos presídios.

Entendo, obstante ao que possam pensar os mais conservadores, que os delinquentes devem merecer o castigo da lei, mas não o abandono à saúde. Aliás, esta é um direito

elementar de todos, previsto na própria carta constitucional, pois se trata de um direito à vida.

A prevenção sanitária, ao meu ver, configura-se na mais eficiente forma de eliminação das doenças. E, assim sendo, deve atingir também os presídios do Paraná.

Considerando essas razões, espero contar com o valioso apoio e com a indispensável compreensão de Vossa Excelência, que tem se mostrado um homem preocupado com os anseios e as necessidades da sociedade paranaense.

Aproveito a oportunidade para renovar ao eminente Parlamentar o meu mais profundo respeito.

PROJETO DE LEI N. 12/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL ROSA SAPORSKI - APM, com sede e foro na cidade de Cambará, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende seja declarada de Utilidade Pública atende às exigências estabelecidas pela lei aplicável à espécie, ou seja, Lei n. 6994 de 10 de janeiro de 1978, anexando os documentos nela exigidos.

Seu objetivo visa uma maior aproximação entre pais e mestres, com a finalidade de um melhor aperfeiçoamento dos educandos, na formação do seu caráter pessoalidade, além de cooperar com a escola, em suas variadas atividades educacionais.

Não procura a obtenção de quaisquer lucros e os seus diretores, por outro lado, não percebem qualquer remuneração.

À vista do exposto, solicito o apoio dos demais Pares desta Casa de Lei para a sua conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N. 013/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado de HOSPITAL DR. ANÍSIO FIGUEIREDO, o Hospital da Zona Norte, localizado na região dos Cinco Conjuntos de Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei encontra-se estribado nos relevantes serviços prestados pelo Dr. Anísio Figueiredo.

Para justificar a presente iniciativa apresento abaixo alguns dados bibliográficos fornecidos pela Associação Médica de Londrina, da pessoa que pretendemos render as nossas homenagens.

"Dr. Anísio Figueiredo, nasceu em 29 de setembro de 1903, na Cidade de Mococa, Estado de São Paulo, filho de Joaquim Figueiredo e Guilhermina da Costa Filho.

Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e especializou em Ortopedia e Traumatologia pelo Serviço do Pavilhão Fernandinho Simonsen, da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Chegou em Londrina, em 1936, para dirigir juntamente com seu irmão, João Figueiredo, o Hospital da Companhia de Terras do Norte do Paraná. São praticamente os primeiros em tudo. As dificuldades eram imensas, todavia teve uma coragem inquebrantável, dedicou-se de corpo e alma à profissão. Em muitas oportunidades, relatou pessoalmente, com riquezas de detalhes os episódios desses primeiros tempos.

Mais tarde, quando o Hospital da Companhia de Terras foi desativado, Dr. Anísio Figueiredo transferiu toda sua dedicação e trabalho à Santa Casa de Londrina. Foi Diretor Clínico por vários anos.

Foi um dos fundadores da Associação Médica de Londrina tendo sido seu Presidente em 1947 e 1954. Orador em 1944, Bibliotecário em 1946. Foi Primeiro Orador nas Diretorias de 1964, 1965 e 1967. Segundo Orador em 1969 e 1971. Participou ativamente de todas as semanas médicas de Londrina, nunca deixou de informar aos conferencistas de fora que era "um médico do interior".

Durante toda sua vida profissional seguiu à risca os preceitos da ética médica e o juramento de Hipócrates. Estudioso e atabalhado dedicava-se com atenção aos seus clientes. Respeitoso, fazia-se respeitar por colegas e clientes. Sempre desejoso de servir e ser útil aos seus semelhantes, atendia a todos sem distinção. Sabia ouvir atentamente o que lhe diziam e respondia polidamente cuidava do corpo e da saúde para ter mente sadia. De hábitos moderados, praticava o cooper diariamente. Sempre teve um vasto círculo de amizades e de influência. Presença marcante.

Foi casado com Maria Luíza F. L. Figueiredo e teve quatro filhos: Mariza, Guilhermina, Anísio e Maria Cândida.

Faleceu em 1977.

Nestas condições é que estamos propondo o presente Plano de Lei que por certo irá merecer o apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 014/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro de Pesquisas Científicas de Marechal Cândido Rondon - CCP, com sede e foro na Cidade do mesmo nome.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Pesquisas Científicas de Marechal Cândido Rondon - C.C.P. -, fundado em 14 de maio de 1936, é uma entidade sem fins lucrativos, voltada à pesquisa técnico-científico, como se pode constatar pela leitura dos seus estatutos, os quais também atestam a importância científica e social de que se reveste a iniciativa da sua criação. O desenvolvimento de suas atividades tem inequívoco sentido social e nada mais justo, então, que a entidade seja declarada de Utilidade Pública Estadual, para o que contamos com o apoio dos ilustres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 015/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o DIA DO TEÓLOGO a ser comemorado a cada ano no dia 30 do mês de novembro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Teólogo é aquele que se dedica ao campo a estudo de determinada religião com a finalidade de obter bases mais sólidas e mais racionais que possibilitem o fenômeno pessoal de uma extraordinária força orientadora.

Teologia é a exposição sistemática que tem por objeto um credo religioso ou uma divindade enquanto que o teólogo procura sempre racionalizar uma fé que é algo de natureza místico - emotiva, direcionada para controlar a natureza humana.

Uma das qualidades exigidas para um teólogo é a liderança - capacidade de dirigir, comandar ou orientar pessoas em qualquer tipo de atividades, aperfeiçoadas em Faculdades mantidas pelas diferentes confissões religiosas.

Por ser um líder, de tão relevante formação nada mais justo do que um dia em nosso calendário para homenageá-lo reconhecendo a sua importância para a busca do

bem e da verdade.

PROJETO DE LEI N. 016/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública, a entidade LAR PRÓ-IDOSO com sede no Município de Campina Grande do Sul e foro no Município de Curitiba-Paraná.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos Nicanor Ramos Filho, Comarca de Curitiba e assiste desinteressadamente os idosos da coletividade, conforme a documentação que anexamos ao presente Plano de Lei, cumprindo desta forma, o que dispõe a legislação pertinente à matéria.

Assim sendo, levamos à consideração dos nobres Pares, a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 17/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, a JABUR ABDALA.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANTÔNIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Jabur Abdala é um empresário que cresceu junto com o Paraná, tendo iniciado suas atividades empresariais no Município de Bela Vista do Paraíso, Paraná, em 1944.

Nascido em 26 de outubro de 1919, em São Miguel Arcanjo, São Paulo, é um homem intimamente ligado ao desenvolvimento paranaense, especialmente da região Norte do Estado. Tem ativa presença nos grandes movimentos paranistas e sociais.

É difícil uma entidade filantrópica de Londrina que não tenha recebido dele generosas contribuições para o trabalho de assistência aos mais carentes.

Homem dotado de extraordinária e invejável inteligência, consolidou em Londrina uma das mais sólidas empresas deste País.

PROJETO DE LEI N. 18/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Os atos relativos a provimento, vacância e promoções ou que importem na concessão de quaisquer vantagens ao pessoal da administração indireta do Estado, serão, obrigatoriamente, publicados no Diário Oficial do Estado.

§ 1.º - Nenhuma vantagem pessoal poderá ser paga antes do implemento da condição a que se refere este artigo.

§ 2.º - O disposto neste artigo não se aplica às concessões de salário-família, bem como aos casos de vacância decorrente de falecimento.

Art. 2.º - As entidades de administração indireta deverão publicar, no prazo de 90 (noventa) dias, no Diário Oficial do Estado, demonstrativo do seu quadro de pessoal com especificação do nome e vantagens pessoais de cada empregado.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Tem por objetivo este projeto facilitar o acompanhamento dos atos de pessoal, ocorridos na administração indireta, tornando-os mais transparentes à opinião pública e aos órgãos de controle do Estado, bem como aos componentes desta Casa.

Atualmente existe um excesso de órgãos vinculados às diversas Secretarias do Estado, tornando difícil o conhecimento da realidade de pessoal até pelos Secretários de Estado.

A melhor forma de igualizarmos as ações de pessoal da administração indireta, quanto à transparência dos atos, é tornando obrigatória por lei, a exigência de publicação de todos os atos de pessoal da administração indireta, de forma semelhante ao que já vem acontecendo com a administração direta.

De acordo com o Art. 1.º do Projeto, será exigida a publicação de todos os atos de pessoal da administração indireta, após a aprovação e publicação desta Lei. O Art. 2.º concede prazo de 90 dias aos órgãos competentes da administração indireta, para que os mesmos publiquem individualmente com as devidas características e, nominalmente, um demonstrativo dos empregados que compõem os seus quadros de pessoal, bem como as vantagens pessoais de cada servidor.

Já a partir da publicação desta Lei, nenhum empregado ou servidor, poderá receber qualquer vantagem pessoal, salário ou outras gratificações financeiras sem que haja sido publicado em Diário Oficial do Estado o respectivo ato que concedeu.

Esta lei também ajudará o Executivo Estadual a melhor controlar os acúmulos

interesses que porventura houverem na administração pública estadual.

PROJETO DE LEI N. 19/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO RURAL RECREATIVA DE BARBOSA FERRAZ, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que este plano de lei pretende declarar de Utilidade Pública, vem prestando efetivos serviços aos profissionais e pessoas direta ou indiretamente ligadas à agricultura e pecuária, defendendo seus interesses e aspirações, bem como promovendo exposição de produtos agropecuários, divulgando técnicas atualizadas de criação e desenvolvendo programas de instruções concernentes à agropecuária.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei n. 6994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos dos Pares desta Casa, o devido apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos começando mais um ano legislativo. Espero que durante este ano de 1988, nós Deputados possamos receber a bênção de Deus nesta Casa de Leis, para que aqui tenhamos entendimento e só pensamentos de trabalhar em prol do nosso povo do Paraná que tanto espera, como o Brasil inteiro clama, pedindo soluções para uma crise que assola este País.

E gente vê no semblante de cada Deputado um gesto de união.

Ficamos felizes em ver ontem nesta Assembléia a presença do nosso Governador Álvaro Dias e, hoje há questão de minutos atrás, junto com todos os Deputados num almoço de confraternização. Isso demonstra a vontade, a união e a força desse povo, deste Parlamento e todos os Deputados em trabalhar juntos para a Nação.

A gente vê, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um Presidente da República totalmente perdido, enganando a cada dia que passa o trabalhador brasileiro, dando com

uma mão e tirando com a outra, pois quando o Governo Federal aumenta o salário-mínimo, no mesmo dia ele aumenta o preço da gasolina, do leite, da carne, enfim, aumenta tudo, ludibriando, como sempre, o nosso trabalhador brasileiro, como se fosse uma criança enganada por alguém.

Então, lamentamos esta situação, um Brasil tão bom, um Brasil que tem tudo para ser uma das mais belas nações deste continente.

Infelizmente, nada disso acontece.

Um Brasil com 8,5 milhões de quilômetros de terras férteis; um Brasil que chove abundantemente; um Brasil que graças a Deus não tem guerra; um Brasil de gente boa, mansa e trabalhadora, mas que são castigados por homens lá na área federal que querem tapar o sol com a peneira judiando desse povo principalmente o trabalhador brasileiro. Como já disse, enganando; dá com esta mão (mão direita), aumentando o salário e com esta mão (esquerda), tira o pão da boca de cada criança, de cada filho do trabalhador aumentando o leite, o pão e a cesta básica.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, estamos começando hoje mais um ano legislativo. Espero que a união, a compreensão dentro deste Parlamento, seja a base para que nós, Deputados, restabelecamos e conquistemos novamente a credibilidade do povo, porque os políticos hoje estão, infelizmente, com nota zero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sejam as nossas primeiras palavras, de cumprimento e saudação aos nossos estimados e estimadas companheiros parlamentares e, neste cumprimento, o desejo de que 1988 seja realmente para nós um ano de paz, tranquilidade, de esperança no futuro, haja vista que neste ano de 88 nós Parlamentares estaduais, também teremos a responsabilidade, além do nosso dia-a-dia de Parlamentar, de também escrevermos a nossa Constituição Estadual.

Tão logo seja promulgada a Constituição Federal, esta Assembléia será transformada em Assembléia Estadual Constituinte, e nós, por conseguinte, seremos transformados em Parlamentares Constituintes.

E, além dessa responsabilidade de escrevermos uma nova Constituição para o Estado, teremos com toda a certeza, que trabalhar nas eleições para prefeitos e vereadores, e quem sabe, também nas eleições

para Presidente da República.

Portanto, o ano de 1988 será para nós um ano de muito trabalho. Se 1987 foi um ano laborioso, mais em função das dificuldades que todos enfrentamos, gostaríamos que 1988 fosse um ano de trabalho, não em cima das dificuldades, mas na busca de soluções para os problemas de todos aqueles que aqui representamos, neste Parlamento. Nós, que no decorrer do nosso primeiro mandato e durante todo o ano de 1987, sempre estivemos nesta Casa, ocupados e preocupados, trabalhando nas causas e nas questões ligadas ao setor agropecuário do Paraná, e por que não dizer, em alguns momentos até do Brasil?

Não temos porque neste momento de ter esperanças muito alvissareiras. Todos nós sabemos que o ano de 1987 foi para o setor da agropecuária paranaense e brasileira dos mais difíceis e terríveis, que inviabilizou e que criou barreiras, problemas a muitos, a milhares, enfim, de agricultores deste nosso Estado. Isto tudo, sem sombra de dúvida, em função do desalinhamento dos preços praticados pela agricultura e pela pecuária e muito mais, em função das mudanças econômicas, praticadas no País, no famigerado pós-Cruzado. 1988 não começa muito bem para a agricultura e para a pecuária. Temos alguns setores que estão tendo a sua situação reaquecida mas não normalizada; temos alguns outros setores onde a situação permanece crítica e as perspectivas futuras são de difícil entendimento.

Por isso é que, neste instante, ao abrimos a sessão legislativa de 1988, fazemos uso da tribuna para conclamarmos todos os parlamentares, para que façamos, realmente, uma união de esforços, uma grande corrente em favor das nossas lutas de 1988, que são as eleições municipais, que é a nossa Carta Constitucional e que façamos também uma união de esforços na defesa e nos interesses do setor agropecuário deste Estado, ainda o grande sustentáculo, tanto de empregos como de arrecadação de tributos para o nosso povo e para a nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior, dentro do Pequeno Expediente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, viços à tribuna para cumprimentar e desejar um bom ano legislativo aos Srs. Parlamentares, e neste momento também, Sr. Presidente, quando ascendemos a esta tribuna, vem-nos a responsabilidade de alertar, não somente o Con-

gresso Nacional, mas as Assembléias Legislativas, as Câmaras Municipais, para o grave e crucial momento por que passa o nosso País.

Engendram, teria dito hoje cedo um político, um golpe contra o nosso País. O momento é de união, da mesma união propugnada por todos nós na imprensa no dia de ontem e hoje ainda muito mais, depois de ouvirmos atentamente as palavras do Governador do Estado, Álvaro Dias.

O momento é sim, Senhores, de união, momento em que o Legislativo deve legislar, e deixamos o Executivo governar. Que dividamos as nossas responsabilidades, para que quando visitamos nossas bases não tenhamos a frustração estampada no rosto e no coração de cada eleitor, principalmente do nosso Estado.

Falar que o País não vai bem, seria chover no molhado. Todos nós sabemos. Mas o momento maior Senhores Deputados, exige desprendimento de todos os políticos deste País; da UDR, vista por alguns como a direita extrema, ou de partidos mais radicais na ótica de outros como partidos de extrema esquerda, é de adequação dos pólos para que consigamos levar adiante o sonho de vermos este País coberto e ungido por uma democracia plena, estável, com uma Constituição soberana.

E vale a pena lembrar que este é o ano em que faremos a adaptação da nossa Carta Estadual através da Carta Magna do País.

Por isso Senhores Deputados, a minha vontade de dividirmos esta responsabilidade, de nos desprendermos de qualquer picuinha e de ideologia partidária, para levarmos adiante com bom senso a realização, para que possamos ver, tornar realidade aquilo que para muitas famílias e para muitos brasileiros é apenas um sonho, qual seja, a da paz e da justiça social.

Ao finalizar Senhor Presidente, hoje, dia da Poesia e do Poeta, lembrar Graciliano, ou melhor, eu gostaria que Vossa Excelência, para não me alongar, registrasse nos Anais da Casa algumas palavras com relação ao dia de hoje e a situação que exige um pouco de poesia para amenizar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será devidamente anotado.

Consulto o Deputado Raul Lopes se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Raul Lopes, por cinco minutos.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente e Senhores Deputados, em primeiro lugar desejo a todos um feliz regresso e que todos nós tenhamos um comportamento, um trabalho maravilhoso num momento difícil do Brasil, num momento em que todos nós somos chamados a escrever a Carta Magna do nosso

querido Estado.

Farei um pronunciamento a respeito do momento que tem sido polêmica, posso lhes dizer nacional, no que diz respeito ao fechamento das nossas fronteiras. (Lê):

Em nosso retorno às lides parlamentares, sabemos estar próximo o dia 7 de março.

Dia previamente marcado para a realização de uma grande manifestação dos transportadores rodoviários de cargas, os quais, justa e merecidamente querem e devem defender suas revoltas pela atual situação que enfrentam no que diz respeito ao furto, roubo e assalto aos profissionais de carga e seus meios de transportes que vêm sofrendo ante o corredor de exportação deste Estado.

É calamitosa a situação!

Há que o Governo Federal tomar posição e definitivamente acabar com a passagem e permanência de veículos, quer de carga ou de passeio para o Paraguai, sem a devida e legal vistoria de documentos. O desleixo administrativo em que se encontra a fronteira Brasil/Paraguai, tem causado prejuízos de grande monta para os brasileiros. O governo brasileiro, através da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Delegacia da Receita Federal, Corpo Diplomático e até por intermédio da Presidência da República tem obrigatoriamente que por um basta nessa situação, pois, com toda a razão, os profissionais mais prejudicados com os ilícitos e crimes cometidos em nosso território e consumados além fronteiras, gritam há muito tempo, pedindo SOCORRO!

Uma ação diplomática poderá, sem dúvidas, reconduzir ao Brasil, as centenas de veículos roubados ou furtados e que hoje circulam impunemente em território paraguaio, conforme nos mostram claramente as diversas reportagens, hoje veiculadas incasavelmente pelos órgãos jornalísticos deste Estado.

Somos absolutamente solidários com os sindicatos e seus associados que rebelam-se contra essa bizarra situação.

Urge, portanto, que o Governo brasileiro diga BASTA para toda essa gama de irregularidades e dê uma satisfação aos interessados, e para que nós possamos de todo resolver com a maior pressa possível, essa situação.

Caso os responsáveis não apresentem uma solução imediata, sentando à mesma mesa para o encontro de soluções, a manifestação marcada para o dia 7 de março, indubitavelmente ocorrerá e é importante que se lembrem as autoridades responsáveis que, por força de tratados diplomáticos, a ponte DA AMIZADE se constitui em um corredor de importância em exportação para o Paraguai, pois tanto a ponte como as rodo-

vias são o que se pode dizer servidões de passagem do Paraguai para o mar.

Pode, o Governo Paraguaio, reclamar diplomaticamente tal ação, pois ela não se constituirá somente em um movimento de protesto, mas sim em um ato que ferirá a soberania republicana daquela País.

É delicada a situação!

Tomem uma providência pacífica ou teremos transtornos diplomáticos!

Companheiros de bancada, prezados colegas de Casa:

Cumpre-nos, a grande missão, de como representantes do povo paranaense, agirmos como pacificadores e intermediários, pois, é em nosso território que será montado o palco para o grande acontecimento.

Vamos formar, a partir de hoje, diuturnamente, uma brigada parlamentar para, em defesa dos nossos transportadores de riquezas, reivindicarmos ao Governo Federal a imediata tomada de posição.

Não é "fazendo-se de cego" que um homem deixa de ver!

Abramos, pois, os olhos dos nossos governantes federais para que resolvam o problema antes que tenham eles que resolver outros bem piores.

Paraguaios, devolvam nossos carros e caminhões!

Presidente Stroessner moralize a sua fronteira, pois o povo brasileiro moralizará a nossa. Custe o que custar! (Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Pedro Tonelli, Líder do PT, por 30 minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros deste Parlamento, que foi constituído com o objetivo de ser o auto-falante da sociedade paranaense. Estamos mais uma vez começando o segundo tempo da vida política de um barco que está afundando. E nós como homens públicos, certamente e lamentavelmente temos uma dupla responsabilidade neste ano que iniciamos, porque queira ou não, nós temos um poder para que continue ou que haja mudança na situação do nosso Estado e obviamente do País.

Na próxima sexta-feira, dia 04 de março, o povo brasileiro voltará as ruas, depois de memoráveis jornadas de 1984, continuando a luta para eleições diretas para Presidente pois um único propósito me novamente os brasileiros, que é aquele de pôr fim à situação atual, sendo necessário resgatar o direito legítimo da população decidir através do voto, aliás, um direito que os detentores do Poder prometeram ao

povo, mas como sempre não querem cumprir.

Só mesmo a força da mobilização nacional pode derrotar e sepultar esse grande calote nacional, que é o Governo José Sarney. Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que na sexta-feira, as entidades democráticas, sindicais e militantes de muitos partidos políticos, unirão suas forças nesse dia nacional de advertência, chamado o dia do basta, basta à corrupção, basta de arrocho salarial, basta de incompetência, basta de arrogância, de ameaças de golpes, chega de miséria, chega de exploração, não aceitamos mais que nos privem dos legítimos direitos, chega de José Sarney, e eleições em 1988.

Nas últimas semanas, temos assistido a um espetáculo lamentável, pois enquanto o País mergulha cada vez mais no abismo inflacionário e os salários despencam, os problemas urgentes permanecem sem soluções, como a reforma agrária, a violência urbana o menor abandonado e tantos outros. Parece que a preocupação do Senhor Presidente, resume-se única e exclusivamente em manter-se no Poder por um ano ou dois anos a mais do que ele mesmo prometeu, quando assumiu o cargo de Presidente.

O Presidente fala que irá até as últimas consequências, e que utilizar-se-á de todos os recursos que estão à sua disposição, para conseguir este seu mesquinho objetivo. E consegue unir nessa sua infeliz campanha os comandantes militares, os Ministros de Estado, políticos e alguns Governadores que não querem cortar o cordão umbilical das verbas federais.

Nos últimos dias José Sarney recorreu enfim ao expediente a que está habituado desde os tempos da falecida ARENA do falecido FDS, o fantasma do retrocesso institucional que é o golpe militar. Essa tática não nos espanta, principalmente vinda de quem vem, são as palavras a que José Sarney está acostumado como figura de proa do regime militar que infelicitou a Nação por duas décadas. Com retrocesso ou sem, o certo é que José Sarney passará à história como uma dolorosa farsa imposta aos brasileiros num momento em que o País esperava profundas mudanças em sua estrutura, como farsa, José Sarney e tudo que ele representa, está condenado pela história brasileira.

O único retrocesso real que o povo brasileiro deve temer, em primeiro lugar, é a continuidade das condições de vida existentes. Esse sim é um retrocesso temível. Chegamos a um ponto que pensamos que será possível que as coisas fiquem piores do que já estão? E a resposta, infelizmente é que a situação pode piorar se o atual governo conseguir o respiro de mais um ou de mais dois anos no poder. Aí sim será pior. Precisamos entender claramente quan-

do José Sarney se refere ao fantasma do golpe militar, e também quando ele diz que vai às últimas consequências para manter o seu cargo. As duas coisas estão ligadas. José Sarney quer dizer de fato que se não lhe derem uma sobrevida política ele espezinhará a Constituinte e a vontade do povo brasileiro, mesmo que para isso ele tenha que recorrer ao golpe militar.

Essa é mais uma poderosa razão para que haja eleições diretas ainda esse ano, pois José Sarney no poder é o maior perigo para toda essa Nação, por isso é preciso dar um basta.

A Assembléia Nacional Constituinte Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que tantas vezes, e com razão, o Partido dos Trabalhadores criticou, não merece os ataques de José Sarney.

Hoje o que vemos em Brasília? Vemos os constituintes decidirem sobre questões de mais alta importância para o País, decisões as quais muitas vezes nós nem concordamos. E no Palácio do Planalto, isolado da Nação, longe do povo, um Presidente por acaso, trama sem cessar, ignorando a Constituinte, preocupado apenas com seu cargo de Presidente.

É por isso que na Constituinte, na qual o CENTRAO já chegou a ter maioria, cresce a cada dia a tendência pelos anos para José Sarney, 4 e nem mais um dia, pois quatro anos já é demais.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, eu lhe concedo nobre Deputado.

Nobres colegas, o Brasil está numa encruzilhada. Nunca, como hoje a situação esteve tão grave em todos os aspectos; no aspecto político, no aspecto social, no aspecto econômico. Nunca como hoje foi tão necessário que o povo brasileiro tome o destino em suas próprias mãos, e tente dar aos problemas que o afligem a solução que o interessa. Recusando, é lógico, aquela que este Governo procura nos impor.

A Nova República foi apenas mais uma ilusão; ela deixou sem solução todas as graves questões legadas pelo regime militar, e que hoje atingem uma dimensão insuportável para nosso povo.

Quais são essas questões?

Temos a vergonhosa dependência do Brasil ao imperialismo e aos interesses das grandes potências capitalistas e aos banqueiros internacionais. Tornou-se para nós uma questão de vida ou morte; uma mudança substancial na relação que vínhamos mantendo com o Fundo Monetário Internacional e com os banqueiros, nas últimas décadas.

Nossa dependência, a obrigação de pa-

gar os juros da dívida externa, as concessões econômicas de peso que o País é obrigado a fazer, significam uma condenação; e querem dizer, que nessas condições não há futuro para nós; não há perspectiva de progresso econômico e de progresso social; e só a miséria, cada vez maior é que é líquida e certa.

O Governo José Sarney, representa os interesses daqueles que lutaram com essa dependência em detrimento, é lógico, das necessidades vitais do povo brasileiro.

Aproxima-se o momento em que o País terá que decidir entre a miséria de Sarney e a possibilidade de um futuro melhor.

Ou um ou outro. Sem a solução desse problema, em bases diferentes daquelas que o governo José Sarney prega, o valor do salário dos trabalhadores, só pode despenhar; é lógico. Como aliás vem acontecendo sem cessar.

Não que os salários dependam apenas da dívida, a depreciação dos rendimentos dos trabalhadores decorram em grande parte, também da estrutura econômica nacional, e da proteção policial aos interesses dos banqueiros, dos grandes empresários e dos latifundiários.

Neste sentido, é que nós constatamos que a Constituinte promoveu alguns pequenos avanços, é lógico, ainda insuficientes. O direito de todo assalariado brasileiro ao emprego, o direito de todos a uma vida digna, sem ver seus salários permanentemente corroídos pela inflação; o direito ao lazer, sem jornadas de trabalho desumanas, o pleno direito de greve, de reunião, e de manifestação, desta sessão, sem qualquer restrição ditada pelos interesses patronais, são prerrogativas que todo trabalhador deve considerar como legitimamente suas, inquestionáveis, devendo lutar, para garanti-las.

Mas os problemas dos assalariados atingem uma dimensão que todos conhecemos; e o que dizer de centenas de milhões de trabalhadores não assalariados deste País? O que dizer de milhões de trabalhadores "sem-terra" em meio a um verdadeiro oceano de terras férteis, tornadas improdutivas pela cobiça dos latifundiários que as mantêm como patrimônio para especulação imobiliária.

Em seus primeiros e enganadores momentos o Governo José Sarney decretou seu ambicioso Plano Nacional de Reforma Agrária. Quem acreditou nesta "promessa" certamente esperava que dentro de poucos anos o problema da terra no Brasil estivesse totalmente solucionado, a mal do desencanto. Depois de tanto tempo o que vemos na realidade? Vemos que tal Plano não foi cumprido, nem mesmo numa mínima parte. Vemos as tentativas dos "sem-terras" de viverem do seu trabalho produtivo serem frustrados

pela polícia, posta a serviço dos latifundiários, que são os atuais governantes. Vemos a multiplicação dos assassinatos de líderes e trabalhadores rurais, como forma de intimidar a ação dos "sem-terras", sem que o Governo tome qualquer providência no sentido de punir os culpados. E vemos, finalmente, os latifundiários, comandados pela famigerada União Democrática Ruralista, armarem seu "lobby" para que na nova Constituição a questão da terra seja escrita palavras ainda mais atrasadas e o que aquelas que estão no Estatuto da Terra do tempo da ditadura militar.

O desemprego cresce. O capital prefere especular nas finanças e investir nas atividades produtivas. As condições de vida se deterioram. A cada dia vemos a degradação da saúde, da educação, da moradia, dos transportes e do meio ambiente, mas o Governo não se preocupa com isto, acima de tudo está a duração do mandato de José Sarney. Um mandato desastroso, a não ser para ele e para seus apoiadores.

A violência cresce nas cidades, mas que autoridade tem este Governo para propor qualquer solução ou para enfrentar o problema dos milhões de menores abandonados sem escola, sem trabalho, sem casa e sem destino. Como se não bastasse tudo isso, o Governo José Sarney está mergulhado até o fundo do mar, e com a cabeça enterrada no mar de corrupção. Os escândalos estouram: BRASILINVEST, Sul Brasileiro, Ferrovia Norte-Sul, SEPLAN. É o escárnio para a sociedade a forma com que José Sarney responde à divulgação desses escândalos. No caso da Ferrovia Norte-Sul, nenhuma investigação, nenhuma punição para os culpados da fraude. No caso da SEPLAN, aonde até familiares seus estão envolvidos, o Governo simplesmente acusa o acusador, mas não põe a limpo seus próprios atos. Concedo um aparte ao nobre colega, Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Pedro Tonelli, queria cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, que na verdade traz o conteúdo do que hoje acontece neste País, um País de desgoverno, onde lamentavelmente a corrupção toma conta de todos os setores, especialmente do Governo Federal, onde lamentavelmente a Constituinte também não representa os anseios da população brasileira. Por isso tudo, Deputado Pedro Tonelli, por isso tudo e por muito mais, eu quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e ao mesmo tempo transmitir também, em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, os cumprimentos ao programa do seu partido, apresentado em cadeia Nacional de Rádio e Televisão na noite de ontem.

Objetivo e criativo trazendo realmente à tona a realidade do Brasil em que vivemos, não a realidade do Brasil que grande parte dos meios de comunicação se vê obrigada a apresentar a falsidade daquilo que o povo recebe em sua casa, através dos meios de comunicações.

O PDT, o PT partidos realmente mais chegados à periferia, ao povo, constata no dia a dia dos seus representantes a realidade deste País, e é por isso que neste momento, quero cumprimentá-lo e dizer-lhe que leve à direção do seu partido os cumprimentos da Bancada do PDT, pelo belo programa apresentado ontem em cadeia de rádio e televisão.

Muito Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço as brilhantes afirmações do nobre colega representante do Partido Democrático Trabalhista e oxalá tenhamos, todos nós que compomos esta Casa de Leis, o espírito e a vontade de mudar os absurdos que acontecem nesta Nação.

Nesta análise conjuntural da situação nacional responsabilidade nossa pelo futuro, temos a constatar também que o nobre Governador do Paraná, Álvaro Dias, que em muitas oportunidades veio a público dizer que nunca foi pelos 5 anos, é um sinal de que ele está envergonhado de ter sido um dos mais ferrenhos defensores da proposta de que o Governo José Sarney continuasse nos agredindo até 1.989.

Apesar desta inverdade dita pelo Governador, é um bom sinal. Significa que José Sarney está perdendo seus principais pontos de apoio, significa que ele está prestes a deixar o Governo e a cair no justo esquecimento da história política do Brasil.

Companheiros e companheiras, nesta sexta-feira, 04 de março, os trabalhadores do Paraná, juntamente com todos os trabalhadores do Brasil...

O Sr. Alexandre Ceranto - V. Excelência me permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo com muito prazer... estarão unindo suas forças, unindo suas vozes, na luta pelos seus direitos, na luta pelas suas reivindicações e na luta por eleições diretas para Presidente este ano, para que o Brasil não seja estragado mais do que já está.

Creio eu, que os companheiros Deputados que compõem esta Casa, têm um papel muito importante a cumprir e o papel é de se integrar nesta luta, ficar do lado da maioria do povo paranaense e brasileiro, que são os trabalhadores, devendo estar contra José Sarney, contra a sua política.

Temos que participar das manifestações, usar a tribuna para divulgar, usar a imprensa para divulgar, porque é somente assim que estaremos dando aos nossos mandatos um caráter de representação e um caráter de manifestação da vontade popular, que esta foi a intenção do voto da maioria dos brasileiros.

Concedo aparte ao nobre colega, Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - Inicialmente quero parabenizar V. Exa. pelo discurso muito oportuno que traz no início dos trabalhos de mais um ano legislativo, desejando a V. Exa. felicidades nessa missão fiscalizadora e também cumprimentá-lo como legítimo representante do PT nesta Casa, pelo excelente programa que o Partido de V. Exa. levou ao ar através de uma rede de rádio e de televisão no dia de ontem. E por último, nobre Deputado, para hipotecar o nosso mais irrestrito apoio ao "dia nacional de advertência", programado para depois de amanhã em vários pontos do território brasileiro, muito especialmente aqui no Paraná, onde a Ordem dos Advogados do Brasil, pela pessoa do seu Presidente, Alcides Bittencourt Pereira, lidera esse movimento ao lado de entidades sindicais, ao lado de expressivas lideranças. E é com prazer, nobre Deputado, e com a permissão de V. Exa. que acusamos a presença nesta Casa do Dr. Alcides Bittencourt Pereira, Presidente da OAB do Paraná; do Presidente da CGT, Feliciano Moreira; do Diretor-Conselheiro da OAB, Luiz Alberto Rego Barros; do Dirigente da Política-Sindical da CUT, Ariovaldo Figueiredo; do representante da Executiva Regional do PC do B, Luiz Manfredini.

Sexta-feira Curitiba vai dar uma demonstração ao Brasil desse clima de insatisfação, em especial das classes trabalhadoras, com a falta de eleições diretas, contra a corrupção e contra esta crise, e até mesmo, contra a incompetência do Governo que se instalou no Palácio do Planalto. Nós estaremos presentes em Londrina, onde igualmente haverá o "dia nacional de advertência", e aqui em Curitiba o movimento começa às 4 horas da tarde, na Praça Santos Andrade, de onde sairá uma passeata em direção à Boca Maldita e onde se realizará um grande comício, um grande ato público, marcando o "dia nacional de advertência", com o Panelaço, Buzinaço, enfim, com os protestos que serão lavrados para mostrar ao Brasil que o Paraná também está insatisfeito com esta crise de incompetência que domina o Governo Brasileiro.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço e faço minhas as palavras do nobre colega, Deputado Antônio Belinati, desejando que ficasse registrada a presença dos represen-

tantes da CGT, da CUT, da OAB que estão puxando o movimento do "basta", basta de absurdos nesta Nação, e que se sintam como se estivessem na Casa do Povo. E oxalá conquistaremos o direito de que esta Casa de Leis seja uma referência importante para todo o povo paranaense.

E gostaria de que todos os nobres Pares desta Casa aprovassem na sessão de hoje requerimento deste Parlamentar representante do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, como uma manifestação de apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, à OAB, seccional do Paraná e extensiva a todas as entidades e Partidos políticos, responsáveis pela proposição e organização do "dia nacional de advertência", o "dia do basta", a realizar-se no dia 4 de março, sexta-feira, depois de amanhã.

Estou encaminhando à Mesa este requerimento. Solicito e sugestiono para que todos os nobres Pares reconheçam esta brilhante iniciativa da sociedade organizada, que nós, desta Casa de Leis obviamente não poderíamos deixar de reconhecer...

(Termo do tempo).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Seu tempo encontra-se encerrado. O Senhor Tem 30 segundos para concluir, nobre Deputado.

O Sr. Pedro Tonelli - Estou encaminhando à Mesa para que S. Exa. o Sr. Presidente encaminhe, para que este Plenário aprecie e reconheça o valioso trabalho dessas entidades que tomam a iniciativa de apontar e mostrar o rumo da saída da crise brasileira.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário. Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do EL.

Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Voltamos a esta tribuna após o recesso das sessões plenárias com um misto de satisfação e também de frustração. Satisfação pelo registro definitivo conquistado pelo nosso Partido Liberal, colocando nossa agremiação ao lado daquelas que, perfeitamente legalizadas, estão hoje plenamente integradas em seus direitos políticos, eleitorais e partidários. Foi uma demonstração de força que se esparramou por este País, de ponta a ponta a mensagem neo-liberal

que vem conquistando a população brasileira. E nesse esforço o Paraná teve papel destacado com seus diretórios em 211 municípios plenamente credenciados a disputar com candidatos próprios o próximo pleito municipal marcado para este ano. Ao fazer tal registro desta tribuna, quero me congratular com todos aqueles que, atendendo ao chamamento cívico exigido pelo resgate da credibilidade política brasileira, optaram pela filiação ao Partido Liberal, hoje definitivamente inserido no contexto político nacional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Minha frustração lembrada no princípio deste pronunciamento advém de alguns fatos e situações que durante este tempo de recesso tornaram-se manchetes, e que em nada contribuem para o aperfeiçoamento democrático e a tranquilidade da família brasileira, opções maiores de nossa cidadania.

Frustração pelo atraso da Constituinte, cujos prazos vêm sendo vencidos desde 7 de setembro em Brasília, gerando na população um clima de descrédito e incredulidade; frustração pela crise econômica, cujas experiências governamentais em nada conseguiram mudar o panorama de preocupação que domina o País; frustração pelas denúncias que diariamente são lembradas, confirmando a própria essência de que não vivemos em um período de transição, mas de transação; frustração pela crise evidente do Executivo com o Legislativo nacional, a ponto de perturbar o próprio clima democrático que a "Nova República" prometeu, mas não consegue sustentar; frustração pela falência a que estão sujeitos os municípios na falta de uma política tributária adequada, a ponto de que o próprio Estado admitir o clima de insolvência com a necessidade de demitir para não chegar ao fundo do poço; frustração com a falta de moralidade e de vergonha a que chegamos quando a família brasileira assiste não apenas no Carnaval, mas em todos os últimos tempos a degradação de programas de televisão que deveriam servir de lazer e informação, transformados em shows de libertinagem e da mais pura pornografia que já atingiu este País; frustração ante às desculpas ouvidas por uma inflação galopante, como se o salário do trabalhador em todas as categorias fosse o grande culpado, necessitando reparos e extinção de mecanismo que os corrige para enfrentar a realidade; frustração com a causa da educação que continua sendo um simples acessório na opinião dos que governam, quando deveria ser essencial.

Enfim, frustrações e mais frustrações que poderíamos enumerar dessa tribuna por um longo tempo.

Sr. Presidente, Srs. Deputado. No rol dessas frustrações, particularmente quero

salientar duas a nível do Estado do Paraná: Primeiro o não cumprimento pelo Governo do pagamento da URP ao salário do funcionalismo em geral durante o pagamento de fevereiro;

Segundo como mestre, a frustração de ver que o Governo não cumpriu com o professorado paranaense o reajuste prometido à categoria para o mês de janeiro. Naquele mês foi concedido o aumento de 40% menos que a metade reivindicada pelos professores que era de 85%. Hoje para atingir a reposição salarial, é necessário um reajuste de 60%, no mínimo, e não existem perspectivas de que tal venha a ser concedido. O que enseja, desde já, o clima para um movimento reivindicatório da classe.

É sabido que professor preocupado com salário é mestre desestimulado com sua tarefa que constitui um verdadeiro sacerdócio. Por isso não posso deixar de registrar a minha frustração quanto a este aspecto denunciado.

Sr. Presidente, Srs. Deputado. Urgente se faz uma tomada de posição desta Casa. O resgate da credibilidade política, hoje num dos patamares mais baixos dos últimos tempos, depende também da efetiva ação de todos os Parlamentares.

Ao reafirmar neste início dos trabalhos o propósito de servir, quero, em nome do Partido Liberal, tomar a liberdade de convocar os meus colegas Parlamentares, para a cruzada política que vamos enfrentar nesse período. Que ela seja capaz de, consultando os interesses populares, provar, mais uma vez, que nesta Casa estamos cumprindo o papel para o qual fomos destacados.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ouvimos atentamente o pronunciamento do Deputado do PMDB, Raul Lopes, com relação ao movimento dos caminhoneiros que será realizado no próximo dia 07 de março na Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu.

Ouvimos quando ele solicitava que a resolução desse problema deveria ser uma resolução pacífica. Nós entendemos também e concordamos com o nobre Deputado que se deve encontrar uma solução pacífica para

esse problema. Agora eu quero dizer ao nobre Deputado Raul Lopes, que se esgotaram a paciência e talvez até o sofrimento dos proprietários de carros e caminhões principalmente da Região Oeste do Paraná.

Ontem mesmo, tive o prazer de receber em meu Gabinete a presença de um caminhoneiro, Senhor Trajano da Silva, proprietário de um caminhão que foi roubado, que reside no Município de Ubitatã, na nossa Região. O seu caminhão, que já foi roubado há mais de 45 dias, foi vendido no Paraguai. Porque se alguém não sabe, eu gostaria de esclarecer que o Paraguai possui uma fronteira livre, e qualquer carro brasileiro roubado neste País, pode ser registrado em qualquer chefatura de polícia daquele País, sem ser necessária a comprovação da origem dessa negociação. Esse caminhoneiro de Ubitatã foi ao Paraguai e recebeu propostas de autoridades paraguaias que trariam o seu carro para a fronteira brasileira desde que ele desse adiantado 100 mil cruzados, e pagasse mais Cz\$ 100 mil quando recebesse o carro em terras brasileiras.

Só no ano de 1987, nos 36 municípios do Oeste do Paraná, mais de 300 carros de passeio e caminhões foram roubados e levados para o receptor paraguaio. Em virtude de todos esses fatos, em virtude de uma luta que os representantes do Paraná, os representantes da Região Oeste do Paraná fazem há tanto tempo e, até hoje, nenhuma medida foi tomada pelo Governo Brasileiro para que cessasse esse roubo indiscriminado de propriedades do nosso País.

Em virtude deste fato, é que o Sindicato de Transportadores de Cargas do Paraná, numa iniciativa louvável, começou esse movimento para paralisar o transporte na fronteira com o Paraguai. Movimento que deve receber o apoio da população e das autoridades do nosso Estado e principalmente, Senhores Deputados, dos Deputados, legítimos representantes do povo do Paraná nesta Assembléia Legislativa, para que este movimento seja acima de tudo um movimento para chamar a atenção das autoridades federais. Seja também um movimento que possa trazer soluções urgentes, porque o clamor do povo até hoje não foi atendido e nada foi feito para reprimir o roubo de carro do nosso Estado e do nosso País.

A CPI do Contrabando, tão inteligentemente presidida pelo ilustre Deputado Paulino José Delazeri, estará em Foz do Iguaçu, no próximo dia 07, ao lado dos caminhoneiros, ao lado do Sindicato dos Transportadores de Cargas, levando o apoio desta CPI que espero, também, seja o apoio deste Poder Legislativo para que os caminhoneiros tenham ao seu lado os deputados, representantes do povo paranaense, a apoiá-los nesse movimento, que eu acredito

to, deverá trazer resultados da maior importância para pôr um fim nesse escândalo que é o roubo e a facilidade de levar esses carros roubados para o Paraguai.

Esta Assembléia Legislativa já conseguiu uma grande vitória na CPI do Contrabando, porque foi graças ao trabalho desta CPI que o nome do Cônsul paraguaio em Paranaguá foi denunciado perante a opinião pública paranaense e brasileira. E, em virtude dessas denúncias, nós recebemos com muita satisfação a notícia dada pelo Itamaraty, nesses últimos dias, de que o Governo Paraguaio vai retirar o Cônsul Justus Almada do Consulado Paraguaio, do Porto de Paranaguá. Eu acredito que são com essas iniciativas que nós haveremos de conseguir, novamente, a credibilidade e o apoio da população. Porque talvez seja a primeira vez que uma CPI desta Assembléia Legislativa conseguiu um resultado, que foi a retirada deste Cônsul que tantos malefícios causou ao Paraná e ao nosso País. Mas, nós não colocamos, somente, a culpa no Governo paraguaio. Existe uma parcela de culpa muito grande das autoridades do nosso Estado e do Governo Brasileiro. Porque todos nós sabemos os pontos de passagens de veículos roubados na fronteira Brasil - Paraguai. Nós tivemos, e eu mesmo, a oportunidade de visitar "in loco" os pontos de passagens de carros roubados, e mostramos às autoridades estaduais aonde era necessário colocar policiamento para evitar esta evasão de veículos roubados.

Solicitamos que a Secretaria de Estado da Segurança do nosso Estado colocasse uma fiscalização na Ponte da Amizade, que é o principal caminho por onde trafegam os carros roubados...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado. Tem 30 segundos para concluir.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Muito obrigado. Para encerrar, eu quero dizer que nós esperamos que medidas sejam efetuadas pelo Governo do Paraná, para pelo menos tentar bloquear esta saída de carros roubados.

E nós esperamos que o movimento do dia 7 possa ser vitorioso, para que o proprietário de automóvel e caminhão possa dormir sossegado neste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PDT, mas, antes disso esta Presidência informa que neste momento o nosso Presidente, desta Assembléia, Deputado Antônio Annibelli, está recebendo do Salão Nobre desta Casa Sua Excelência o Senhor Carlos Maria Gaona Velasco, Cônsul Geral do Paraguai, o qual evidentemente estará tratando dos assuntos

referentes à substituição do Cônsul Justus Almada. Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados: eu quero começar o meu pronunciamento exatamente onde terminou o Deputado David Cheriegate, para dizer do apoio da Bancada do PDT, nesta Casa, com relação ao movimento que vai se realizar na próxima segunda-feira. Para dizer que o Partido Democrático Trabalhista apóia integralmente este movimento.

Se fôssemos aqui relatar dramas de famílias, senhoras que perderam os seus maridos, que lamentavelmente foram assaltados, seqüestrados; ainda no dia de ontem, denunciávamos o desaparecimento do motorista de São José dos Pinhais, cuja carcaça do caminhão foi encontrada numa cidade do Interior do Paraná, e não se tem conhecimento do paradeiro deste motorista; evidentemente levaríamos um tempo muito grande nesta Tribuna. Mas, estamos de pleno acordo com este movimento e dizendo que, lamentavelmente, o alerta não foi de agora. Desde há muitos anos nós, como homens de imprensa, temos denunciado o tráfico que passa através da Ponte da Amizade. Não apenas o seqüestro de motoristas. Não apenas o roubo de caminhões. Mas, o tóxico que lamentavelmente passa também pela Ponte da Amizade, passando pelo Paraná, o grande corredor de exportação dos tóxicos.

Por isso, na próxima segunda-feira, também estarei em Foz de Iguaçu, não apenas como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas também como homem de imprensa, acompanhando aquela movimentação. Esperamos que o Senhor Romeu Tuma, que amanhã estará em Curitiba, não venha com a finalidade de tentar esfriar este movimento, porque é mais do que oportuna, neste momento, a sua realização.

O Partido Democrático Trabalhista, através da sua Bancada nesta Casa, quer manifestar o seu apoio também aos vários segmentos da sociedade e em especial à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, na pessoa do seu Presidente, Dr. Alcides Bittencourt, na realização do movimento pelas "Diretas Já", no "dia nacional da advertência" que será realizado na próxima sexta-feira.

O PDT estará presente, não apenas com os seus Deputados, mas estará presente com os seus militantes, com a sua bandeira que foi levantada em 1984, e este Deputado, na época ainda Vereador, foi um dos únicos parlamentares da Oposição, que subiu ao palanque das "Diretas" na Boca Maldita.

Venho também a esta tribuna, em nome da Bancada do PDT, para fazer aqui um voto, até, de repúdio ao Secretário da Saúde

do Estado do Paraná, Senhor Delcírio Tavares, pela maneira, até certo ponto irresponsável, com que veio à imprensa na semana passada, dizer que o lixo atômico, que o leite contaminado pela radiação do Chernobyl seria depositado no município de Piraquara.

Ora, Senhores Parlamentares, me parece que Sua Excelência o Senhor Secretário, não conhece o Município de Piraquara, pois se assim o fosse, saberia que este Município, declarado de Utilidade Pública, não pode nem sequer implantar indústrias para evitar a poluição, quanto menos, receber, ou ter como depósito, o lixo atômico.

Neste sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encaminhei, via Presidência desta Casa, um pedido de informações ao Governador do Estado do Paraná. Quer este parlamentar e a sociedade curitibana, e em especial o povo de Piraquara, saber o que é que vai se fazer com este lixo atômico, que até agora não teve uma solução.

Neste meu pedido de informações a Sua Excelência o Governador do Estado, pergunto qual é o órgão público estadual responsável pela aquisição do leite em pó contaminado pela radiação de Chernobyl. Quais as medidas tomadas pelo Executivo para esclarecer o desaparecimento, senhores -, dos 140 quilos do leite depositados na Rede de Supermercados Pão de Açúcar - Jumbo, aqui em Curitiba?

As penas da lei, se foram aplicadas ao depositário infiel, que penas foram estas? Quais as providências já tomadas para a remoção do lixo atômico, provindo do leite contaminado?

A carne importada da Europa, considerada imprópria para o consumo foi retirada dos armazéns da CIBRASEN? Se foram, por que motivo e para onde foi encaminhada esta carne? A carne foi consumida pela população? Se o foi, com a ordem de quem? A carne será devolvida à sua origem? Se não o foi, o que será feito com esta carne contaminada também? Será que vamos achar um outro município, próximo à Curitiba, ou mesmo aqui no Estado do Paraná, para depositar esta carne contaminada também? E ainda, qual o órgão público responsável pela importação desta carne deteriorada da Europa? Quais as medidas tomadas pelo Executivo para punir os responsáveis, ou na verdade, os irresponsáveis pelas importações do leite em pó contaminado pelo radiação de Chernobyl e pela carne deteriorada da Europa?

É este o pedido que fazemos e a solicitação de providências, o mais breve possível, porque o povo do Paraná não pode ficar nesta expectativa, sabendo que aqui, existe leite contaminado, sabendo que aqui existe carne deteriorada e que, evidente-

mente, coloca em risco a saúde desta população.

Neste sentido é que encaminhei este pedido de informações.

Poderia ainda, Senhor Presidente, neste nosso primeiro dia de retorno a esta Casa, entrar em outros assuntos de elevada importância, como por exemplo, as altas taxas de água neste Estado.

Lamentavelmente, verificamos também a incapacidade gerencial da SANEPAR de atender o usuário, o consumidor curitibano, onde vimos, por vários dias a falta de água em Curitiba, nos Municípios da Região Metropolitana, e na mesma época, o aumento abusivo das taxas de cobrança da água, as altas taxas também de cobrança da energia elétrica, aplicação da OTN na cobrança do IPTU. Curitiba é a única Capital do Brasil que cobra o IPTU na base da OTN, e nós temos visto o desespero de milhares de curitibanos, que batem a nossa porta aqui na Assembleia, que batem a nossa porta no rádio onde trabalhamos, especialmente os aposentados, que ganham mísera aposentadoria, de 3 mil e poucos cruzados de pensão, mas, têm que pagar o IPTU, de 5, 6, 7 mil cruzados na base da OTN. A insensibilidade do Prefeito Roberto Requião junto ao povo desta Cidade!

Poderia entrar em outros assuntos, mas evidentemente, o nosso espaço já está esgotado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PMDB, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiro, quero fazer minhas palavras do Deputado Algaci Túlio.

Fui hoje entrevistar uma senhora acamada, e ao vê-la, senti o desespero de uma mulher brasileira, de uma mulher paranaense, que está sofrendo na carne a violência, os desmandos de quadrilhas organizadas que infestam não só o Paraná, mas a Nação brasileira, com todo o respeito que tenho à família brasileira, e com todo o respeito que tenho à família Paraguaia. Autoridades paraguaias, conforme denúncias publicadas, em jornais brasileiros, e também na revista Veja, que apontam "Carros Roubados no Brasil", aparecem desfilando inclusive, em órgãos do Governo Paraguaio.

Ao chegar a residência desta mãe hoje, vi estampado no seu semblante, o desespero de uma mãe, que clama pela volta do esposo. O esposo que saiu na boléia de um caminhão, levando os produtos nascentes do meu Estado, foi à Brasília, e lá, desapa-

receu. O caminhão como diz o deputado Algaci Túlio, que denunciou no seu programa de rádio, e que estou com a matéria para apresentar amanhã a todo o Estado do Paraná. Dizia a mãe: "Deputado, traga o meu marido de volta porque ele é mais uma das vítimas dos desmandos, dos assassinos, dos violentadores que rasgam, destroem a moral e os princípios da família desta Nação."

Dizia eu a esta mãe: "Não sei, não tenho os poderes de Deus, mediúnicos, até para dizer aonde talvez o seu marido esteja. Talvez encarcerado através de uma polícia corrupta nesse País, já que em Sertaneja dois policiais foram presos em São Paulo com carros roubados, com documentos adulterados no DETRAN do Rio de Janeiro. Policiais civis que passam pelas barreiras do Paraná com seus distintivos para não sentirem-se ameaçados. Ao chegarem na delegacia de Sertaneja, telefonaram para o Rio e de lá um outro policial fez a "segunda", na gíria policial. Os policiais foram embora, mas ficaram dois Santanas apreendidos com chassis remarcados. Até a polícia brasileira envolvida nos desmandos deste País, ajudando ladrões a transportarem carros roubados ao Paraguai."

E vou mais além Senhores, a delegacia de Sertaneja mais parece um pátio de carros para serem vendidos. A delegacia de Sertaneja tem carros apodrecendo nos pátios porque os carros foram apreendidos pela polícia rodoviária do Paraná e, lá ficam apodrecendo. Por quê?

Porque os carros não são levados às suas cidades de origem, é por isso que tem que ser votado nesta Casa o Projeto do Deputado Algaci Túlio com a minha Emenda. Que se publique nos Diários Oficiais, não só do Paraná, mas de toda a nação brasileira, todos os carros apreendidos e que são usados como "cabritas" nas delegacias de polícia. E que o Jornal "Folha de Londrina", o "Estado do Paraná", "Jornal do Estado", "A Gazeta do Povo", os jornais do interior do Paraná ou a "Folha de Curitiba", publiquem a relação de todos os carros roubados que se encontram nos pátios das delegacias de polícia para que a família que compra um carro o financia e às vezes tem o mesmo roubado como o meu foi roubado e está no Paraguai, tenha o seu carro devolvido. Está lá o meu carro roubado. Fui até lá e vi. Não tive condições de roubá-lo já que roubaram de mim. Fui para lá para roubá-lo porque também tenho o direito de buscar o que é meu, mas fiquei com medo de ser assassinado, de amanhecer com a boca cheia de formigas neste país vizinho.

Então, senhores quero louvar nesta tarde um manifesto de paralisação da Ponte da Amizade. Peço ao Governador Álvaro Dias, pelo amor de Deus não intervenha nos direitos de milhares de caminhoneiros que

querem gritar, colocar das suas entranhas para fora o direito de exigir soluções, mil soluções e debates. Ficar nesta milonga, nessa cascata de debater, debater, debater e não ir a caminho nenhum neste País. Este País já está cheio de debates. Nós precisamos é moralizar este País com eleições diretas já, desde a vereador, a prefeito, e a senador. Lá está cheio de senadores biônicos também que precisam voltar às suas origens e ser testados pelas urnas, pelo voto do povo, como fui testado nas urnas. Se eu não prestasse não estaria aqui convivendo com ilustres parlamentares nesta Casa. Precisamos de eleições diretas para Deputados Federais e até os Deputados Estaduais que também renunciem os seus mandatos vamos à praça pública de novo. Aquele que prestou serviço voltará a esta Casa e aquele que não prestou o seu serviço naturalmente retornará ao convívio do seu lar. Peço a Deus que ilumine Álvaro Dias, ilumine o exército, ilumine Romeu Tuma, ilumine a Polícia Federal, que não intervenham, pelo amor de Deus, neste protesto soberano, justo de todos os caminhoneiros que trabalham hoje para comer ontem, que pagam os financiamentos de suas carretas, de seus caminhões, que vão, e que cheguem até a Ponte da Amizade.

Que pelo menos um dia paralise esta ponte, mostrando assim que nós também temos o direito de gritar, gente. Se nos Estados Unidos há passeatas, há greves, se nos Estados Unidos ou qualquer outro País, mães saem às ruas, desesperadas, conclamando pelos seus direitos, até que dia, meu Deus, que este brasileiro que só leva, que só apanha, vai ficar adormecido em berço esplêndido? Está na hora de acordar, Brasil! Acordar e gritar, para nascermos de novo! Nascermos de novo, Srs. Deputados, Srs. Constituintes do Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está encerrada a Hora do Expediente. passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Depu-

tado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência, para o Projeto de Lei Complementar n° 167/85, e os Projetos de Lei n°s 280/84, 26/86, 312/87, 339/87 e 266/87 e ao Projeto de Resolução n° 90/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expedien-

te, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 208/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury com apoio dos Srs. Deputados Artagão Mattos Leão, Tadeu Lúcio Machado e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Silvio Romero Stadler de Souza, ocorrido no dia 27 de fevereiro do corrente, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elso Maboni, ocorrido no dia 23 de fevereiro do corrente ano, no Município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. José Aparecido Alves e Josemiro Pereira Costa, ocorrido no município de Cruzeiro do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fioravante José Beraldin, ocorrido no dia 17 de fevereiro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Levi Pacheco, ocorrido no dia 22 de fevereiro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Silvio Romero Stadler de Souza, ocorrido no dia 28 de fevereiro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Deraldo Sebastião Moletta, ocorrido no dia 17 de fevereiro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Augusta Hoffmann, ocorrido no dia 18 de fevereiro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rainildo Pilchoski, ocorrido no dia 23 de fevereiro do corrente ano,

no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Silvio Romero Stadler de Souza, ocorrido no dia 28 de fevereiro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Altino Martins, ocorrido no dia 25 de fevereiro do corrente ano, no município de Jaguaraíva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marly Abdalla, no município de Francisco Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Silvio Romero Stadler de Souza, ocorrido no dia 28 de fevereiro do corrente ano, no município de Guaratuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Elvira Guilherme Bobatto, ocorrido no Município de Ibituva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Marly Horokoski Abdalla, ocorrido no Município de Francisco Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Álvaro Lins Alencar, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Domício Cavalin, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Família Gusso, pelo transcurso dos cem anos de vida no País. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Segurança Pública e Co-

mandante do Corpo de Bombeiros, encarecendo a criação e instalação de um posto do corpo de bombeiros, no parque industrial do Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa para representar o Poder Legislativo na Exposição Agropecuária no Município de Paranavaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Segurança Pública e Diretor Geral do DETRAN, encarecendo que os Certificados de Propriedade de Veículos passem a ser emitidos pela 13.ª Ciretran do Município de Maringá. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Ministro da Agricultura e Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo apoio do Governo Estadual e Federal às reivindicações de sindicalistas em reunião no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Governador do Estado, Ministro da Agricultura e Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo para que o valor básico de custeio para o trigo, seja calculado em valores reais, com liberação de 100% do valor para o pequeno agricultor. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo", pelos 40 anos de serviços prestados ao jornalismo paranaense. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação e instalação da 2.ª Vara da Comarca de Wenceslau Braz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao América Pontagrossense Futebol Clube, do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 16 de março corrente, uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadania para-naense ao Reverendíssimo Padre José de Almeida Penalva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, pelo brilhante desempenho financeiro daquela Instituição, traduzido pelo lucro verificado em seu balanço financeiro no ano de 1987. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Habitação, encarecendo a realização de reparos relativos a problemas de construção em conjuntos habitacionais da COHAPAR, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Habitação, encarecendo a liberação de recursos para a construção de conjuntos habitacionais no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Germote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, encarecendo a criação de um Posto de Saúde na localidade de Novo Três Passos, no Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de voto de congratulações ao Jornal "Diário Popular", pelas comemorações do seu Jubileu de Prata. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Embaixador da República Federal da Alemanha, encarecendo apoio ao não fechamento do Consulado Geral daquela República nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SU-

REHMA, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, visando a perfuração de poço artesiano no Distrito de Pocinho, no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoio dos Senhores Deputados Antônio Belinati, Nereu Carlos Massignan, e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando manifestação de apoio à OAB - Seccional do Paraná, extensiva a todas as entidades e partidos políticos responsáveis pela proposição e organização do "Dia da Advertência" - "Dia do Basta", a realizar-se no próximo dia 04 de março. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a doação de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia do Município de Iporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Segurança Pública, Diretor da Polícia Civil e Superintendente da Polícia Federal no Estado, visando apurar responsabilidades quanto ao furto do painel da Constituinte que estava instalado na Boca Maldita. **Em votação.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar)
Senhor Presidente, Senhores Deputados. Os eleitores brasileiros ao votarem nos Constituintes em 1986, depositaram neles a sua esperança, os seus desejos de mudança na estrutura social brasileira.

O eleitor tem o direito de saber qual é a posição assumida pelo seu representante no momento do destino do País, momento aliás muito importante. Foi com esse intuito que entidades de trabalhadores, instalaram aqui na Capital, na Boca Maldita, o Painel da Constituinte, onde constam os nomes de todos os Senadores e Deputados Federais do Paraná e a sua atuação dentro da Assembléia Constituinte. E o que cada um tem votado e marcado posição na Constituinte no momento da votação.

É desnecessário dizer-se que a Prefeitura Municipal de Curitiba autorizou a instalação do placar da Constituinte na Boca Maldita. E num atentado à democracia e à liberdade de informação, o painel foi furtado na noite do dia 29 ou amanhecer do dia primeiro de março. Portanto, creio eu, e acredito também na maioria desta Casa, que este Poder Legislativo não pode calar-se diante de tal afronta à população pa-

ranaense, e exige a tomada de providências antes mencionadas na súmula deste requerimento pelo Senhor Presidente. É preciso que se apure e que se divulgue aqueles que não querem que o povo saiba o que é que os homens no Poder estão fazendo.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em discussão o requerimento do Deputado Pedro Tonelli. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Embaixada da Alemanha no Brasil, encaminhando pronunciamento do Senhor Governador do Estado, pela não desativação do Consulado Geral da Alemanha, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Família Gusso, pelo "Centenário de Imigração" para o Brasil. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Novo Corpo Deliberativo empossado do Tribunal de Contas do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações para a nova Diretoria eleita da Federação Paranaense de Futebol de Salão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse na Presidência do Colorado Esporte Clube, do Senhor Rogério Kampa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao novo Conselho empossado da Bolsa de Mercadorias do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à nova Diretoria da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários - SUCESU. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela comemoração do 70º aniversário de fundação da Sociedade Morgenau, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornalista "Mussa José Assis", por sua luta pela liberdade de imprensa. Em discussão.

Para encaminhar concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"Pelo uso da comunicação medimos o grau de educação de um povo e também o tamanho de sua liberdade"

"Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações, idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

Por fazer uso do seu direito, legítimo e legal por força de sua profissão, o jornalista "Mussa José Assis" está sendo processado pelo Senador e ex-Governador do Estado do Paraná, José Richa. Seu crime foi publicar entrevista dada, e confirmada, por um Deputado do Partido do Senador-PMDB. Vivemos tempos de Constituinte, que representa a luta pela conquista das liberdades democráticas. O país que nega o direito à liberdade de imprensa, não pode ser rotulado de "democrático". O Partido a que pertence o Senador José Richa conquistou o poder pela defesa intransigente da liberdade de livre manifestação. Pelo que a certeza de que o mesmo não pode compactuar com ato que caracteriza o cerceamento da liberdade de Imprensa.

O Jornalista Mussa José Assis, que tão rude e duramente, está sendo atingido pelo ato inconseqüente e anti-democrático de um parlamentar que tem a obrigação, dada pelo voto popular, de elaborar a nova Carta Magna do Brasil, representa hoje o elenco de comunicadores que não fazem parte do coro de profissionais da imprensa que se deixaram seduzir e violentar pelo poder daquele que, traíram seu compromisso com o povo, usam o que a estes pertence para promoções pessoais.

A luta do Jornalista Mussa José Assis, pela liberdade de informar a verdade verdadeira, hoje levado às barras dos tribunais, é de todos aqueles que ainda acreditam que o Brasil pode ser livre e democrático. De todos aqueles que acreditam que nossos filhos poderão ter um amanhã sem golpismo, sem opressão, sem cerceamento da liberdade. Sua luta é a de todos que acreditam que a Liberdade, Igualdade e Fraternidade, são ainda os pilares da Democracia.

O Deputado que este subscreve, no uso evidentemente de suas atribuições, quer

que esta Assembléia vote, acatando este requerimento, em nome da liberdade de imprensa, em nome de um dos mais respeitados de nossa imprensa, que é o jornalista Mussa José Assis.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em discussão requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se, na forma regimental.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos integrantes do Lyons Clube do Município de Borrazópolis, pela efetiva construção de uma creche para atender à população carente daquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do INPS, visando autorizar os trabalhos de cadastramento de beneficiários da Previdência pela agência do Município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Educação e do Trabalho e Ação Social, visando auxílio financeiro para a Sociedade Educacional Paranaense Catequista de Queluz, no Município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura, encarecendo informações quanto à destruição das Reduções Jesuítas de Nossa Senhora do Loreto e Santo Inácio Menor, no Noroeste do Estado. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso na íntegra, alusivo ao dia 2 - "Dia da Poesia". **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à nova Diretoria da ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada na Gazeta do Povo, intitulada "Bacila, 40 anos de Gazeta do Povo". **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Cornélio Procopio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Senegés. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Guapirama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, visando a promoção de uma campanha permanente de prevenção contra acidentes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Senhora Moema Spinola Araújo, formanda da turma de Medicina da Universidade Federal do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do 25º aniversário de fundação do periódico "Diário Popular". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para quinta-feira, dia 03, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 167/85 e dos Projetos de Lei n. 280/84, 26/86 e 266/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n. 287, 312 e 339/87 e do Projeto de Resolução n.º 90/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 02 DE MARÇO DE 1988.

Reiniciamos hoje no dia da poesia os trabalhos desta Casa.

Queremos falar da poesia. Desta arte que caracteriza o entusiasmo criador, a inspiração, aquilo que desperta o sentimento do belo; o que há de elevado e comvente nas pessoas e coisas.

A poesia que esquentava a frieza do dia a dia e desvendava fatos reais através de uma lente especial chamada sensibilidade, marca pessoal e intransferível que a caracteriza.

O poeta, o operário da palavra, usa-a procurando passar uma visão diferente daquilo que nos cerca.

A poética entendida como um fenômeno de íntimas ligações com a sociedade e a história, procura continuamente ampliar os limites da experiência humana.

E talvez seja a poesia que nos permite a única maneira de sonhar juntos ao mesmo tempo uma realidade.

O poeta pela sua condição social de Produtor de Imagens, de poemas, de indivíduo que funciona coletivamente é aquele que constrói paisagens pessoais, intimidades, sejam elas utópicas ou não.

Um historiador quando faz a narração de um conflito, de uma guerra, por exemplo, analisa causa e conseqüências e tende a escrever um livro.

Um general preocupado com a disputa, discorre sobre estratégias e exalta seus soldados a lutar contra o inimigo.

O filósofo faz um tratado discorrendo sobre a tênue e frágil linha que separa a vida da morte.

O poeta no entanto, tanto pode escrever um poema épico extravasando seus sentimentos como em apenas dois versos fulminante resumir sua visão e transmiti-la com impacto para o leitor.

Exemplo: Mário Quintana em "Guerra" diz:

"Os aviões abatidos

São cruzeiros caindo do céu"

Esta é também uma forma de conhecer e intervir sobre a realidade.

O poeta é um doador de sentido, por possuir a capacidade de revelar nova substância dentro de palavras já gastas e surradas e nisto se constitui a maior riqueza da poesia.

queza da poesia.

Às vezes me questiono por que motivo se criou na civilização ocidental uma ruptura tão forte da linguagem poética com a linguagem prática, consumida nos meios de comunicação, nos meios jurídicos e administrativos.

Na verdade isso se tornou um fato corriqueiro e assimilado por todas as atividades: Da Escola à Televisão, das conversas aos livros.

Algumas pessoas chegam mesmo a afirmar que é necessário ler apenas textos com conteúdo informativo.

Pesquisando o nascimento da poesia vemos que nos tempos primitivos não havia a divisão da linguagem em categorias.

A linguagem humana era considerada como o único meio do homem se integrar aos fenômenos da natureza e com as entidades divinas.

Entretanto a evolução histórica e política da sociedade deu à linguagem as mesmas rígidas características verificadas nas relações de trabalho. Divisões, especializações e manipulações e em conseqüência disso a linguagem passou a ser governada por regras e leis. Proibições e limites.

Na Grécia Lendária no início da primavera, reunidos nos oráculos sagrados em torno da Pitonisa que se acreditava ter o poder e a capacidade de prenunciar o futuro, os homens se punham a gritar, fazer seus lamentos e dançar, enquanto a sacerdotisa declamava suas profecias inspirada nos deuses.

Em contrapartida recebiam em troca pelo brilho e encanto do ritual, através da pitonisa a luz e a orientação dos deuses.

Com o passar do tempo os dizeres e as declamações foram se transformando e os versos se tornaram predominantes nesses ritos.

A ingenuidade, acrescida da espontaneidade e mais as concepções religiosas de cada um, fizeram procurar através da linguagem explicação e interpretação para o mundo, conforme o famoso estudo sobre a retórica e a poética de Aristóteles.

Ao citarmos os costumes ancestrais gregos não o fazemos por sede de fato histórico, mas pelo seu valor intrínseco, procurando enfatizar que nas chamadas sociedades primitivas o ser humano mantinha uma relação muito mais criativa, mágica e umbilical com a linguagem, do que temos entre nós.

No Egito a poesia também foi de importância fundamental, manifestando uma estreita relação com a experiência da cultura do povo, intimamente ligada à agricultura e nos diversos aspectos da egiptologia.

Assim como na China e com os demais

povos orientais.

O filósofo italiano Vico sem pretensão confundia a poesia à função religiosa considerando ela como constituição da própria origem das línguas.

Em nossos dias as palavras deixaram de ser instrumentos para os homens se relacionarem entre si, e com a natureza e passaram a ser na maioria das vezes um instrumento de sedução, de venda, de veiculação de mentiras, um meio de dominação do homem, sobre o homem.

O atualíssimo e evidente diretor de cinema, Steven Spielberg, na festa de entrega do Oscar de 1987, falou da importância de promover o reencontro entre o homem e a palavra, de patrocinar a transformação da linguagem em expressão de autenticidade e instrumento de comunicação entre os povos.

Da atividade poética já não participam todos os homens em conjunto, mas apenas aqueles que expressando seus sentimentos em versos tentam responder à eterna dialética: o que é viver neste lugar e nesta hora.

Vivendo uma realidade que é difícil e onde os homens estão cada vez mais distantes o poeta já não pode fazer de seus versos uma aproximação com a natureza, nem com os deuses que em nossa era perderam o status. Entretanto resistindo à massificação ele insiste em falar dos valores fundamentais do ser humano: o amor e a solidariedade.

A poesia entre nós continua viva resistindo a todas as tempestades.

Já não aclama mais os deuses, porque em nosso tempo os deuses religiosos foram substituídos pelos deuses econômicos sendo a televisão um deles. Mas, na brigada dos sentimentos, erguem gritos de rebelião e de revolta. Nessa sociedade em que está difícil brotar a solidariedade entre os homens as palavras do poeta preocupado com o seu tempo caminham por duas trilhas: ou aparecem secas, magras e poucas sobre a página ou se derramam desferindo golpes abundantes em muitos dizeres representando um só grito.

Nesse momento surge a poesia irreverente que se afasta dos modelos pré estabelecidos pelos críticos e professores, pelo público leitor e pelos editores. É a poesia marginal.

Tal gênero de poesia seria marginal justamente por representar uma recusa de todos os modelos estéticos rigorosos, tradicionais ou de vanguarda.

Eloísa Buarque de Holanda compara essa modalidade poética ao modernismo de 1922 acrescentando à poesia marginal, espontaneidade e inconsciência.

Rebatendo críticas à poesia marginal, o poeta Paulo Leminski, intelectual e po-

livalente artista paranaense afirma "que o baixo teor de informação estética do texto brasileiro é relativo à nossa condição de nação periférica, obscurantista, colonial, lusa, patriarcal, católica, mais de imitar que de pensar e criar".

A partir do AI 5 a impossibilidade de mobilização e debate político aberto transfere para as manifestações culturais o lugar privilegiado da resistência. É justamente nesta época que o movimento literário marginal ganha corpo assumindo a rebeldia, o inconformismo fazendo a contra cultura.

É a partir desse movimento de contra cultura que a poesia assume características políticas como é o caso do poeta Ferreira Goulart.

O discurso político só tem variado no tom ora sutil, ora irreverente, ora didático. Em alguns casos ele não só está presente como se incorpora à própria proposta poética.

Portanto Senhor Presidente, Senhores Deputados, desde o emprego da poesia nas primitivas sociedades greco-egípcias passando pelo colonialismo literário no Brasil, até o movimento de poesia marginal constata-se a importância dessa excelsa arte na vida dos povos: "Na expressão dos seus gritos, do seu choro, das suas lágrimas, das suas dores, da sua fé, dos seus risos, das suas convicções políticas, e das suas necessárias utopias, ainda que pagando isso com a própria liberdade".

Neste momento, no dia da poesia o poder Legislativo do Paraná quer prestar a sua homenagem à poesia, e aos que fazem dela elemento de comunicação e entendimento entre os homens.

Ao imortal Emílio de Menezes, príncipe dos poetas paranaenses, guardião do livre sentimento e da suprema expressão contidos na poesia, aos poetas marginais: Paulo Leminski, Alice Ruiz, Domingos Pellegrini Júnior, o londrinense Carlos Nassar, Donizetti Adalto, Jaime Vieira Filho, e inúmeros outros de igual importância que o exíguo tempo não me permite nominar.

Helena Kolody considerada pelos críticos como a padroeira da romaria da poesia paranaense com as palavras da qual encerramos esta justa e merecida homenagem que nunca deixa de ser poeta, nem mesmo quando dorme.

Uma camponesa dos versos que senta de tarde e vê a vida de sua gente acontecer devagarinho.

Difícil cavar na rocha o escuro degrau de cada dia.

Sangrar mas não ceder".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO

SR. DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR,
EM SESSÃO DO DIA 02 DE MARÇO DE 1988
"BACILA, 40 ANOS DE GAZETA DO POVO"

Há exatamente 40 anos, no dia 02 de março de 1948, a Gazeta do Povo formalizava o contrato de trabalho com o jovem Nacim Bacila Neto. Nem imaginava ele, naquela época, que com aquele documento estava se integrando a uma equipe de jornalistas, gráficos, pessoal técnico e administrativo que se mantém unida ao longo dos anos na mais completa harmonia. Ainda escrevendo na Gazeta do Povo, o jornalista hoje não manifesta surpresa pelo duradouro convívio, afinal a empresa mantém a tradição de equipe que se firmou com o tempo e amadureceu com o convívio, entendimento perfeito entre a direção da empresa e os funcionários.

Durante cerca de 20 anos, a Gazeta do Povo não teve registro de uma única ação trabalhista, operando com um quadro de funcionários diversificados, como exige uma empresa jornalística, desde o repórter que colhe a notícia na fonte até o entregador de jornal que todas as manhãs deixa a Gazeta na casa do assinante. Esse relacionamento pacífico e esse perfeito entendimento entre "capital e trabalho" faz com que a empresa tenha hoje um dos quadros mais estáveis de funcionários em sua área, não só em termos de Paraná, mas mesmo além-fronteiras.

40 ANOS DE CASA

Nacim Bacila Neto, como todo bom jornalista, não gosta de ser notícia. Mas 40 anos de casa é uma data que merece ser comemorada, e o redator anônimo concordou em contar um pouco sua própria história, que de certa forma é um pouco da história da imprensa no Paraná.

Começa fazendo um balanço: "Quarenta anos diários de Gazeta do Povo envolvem mais que milhões de linhas escritas num quase anonimato, que confunde episódios importantes da vida do Paraná, reportados ou analisados com a emoção de saudades de tantos companheiros que não se encontram mais entre a turma da "Casa".

Na história da Gazeta do Povo, ou do jornalista Bacila Neto, há como fundamento o trabalho, a paixão pela informação e muita dedicação. Assim, conta Bacila Neto, que Mbá de Ferrante, com quem trabalhava na Rádio Marumby, teve a ideia nos idos de 1940, de fazer uma edição "externa" diretamente da redação da Gazeta do Povo, que então ficava na Rua 15 de Novembro, entre a Monsenhor Celso e Marechal Floriano. "Encostei-me" neste projeto e fui ficando... Certa noite - e trabalhávamos das 19:30h até uma ou duas horas da madrugada - o repórter policial Dario Pinto

faltou e o Dr. José Muggiati Sobrinho, redator-chefe, mandou-me até a Central de Polícia, na Barão do Rio Branco, para copiar as "ocorrências policiais", contou o jornalista.

"Voltei e tentei dar uma "redação jornalística", passando então, pelo crivo de Dicesar Plaisant. Dicesar era o nosso "Aurélio" ambulante. Corrigia tudo e a todos. Fazia-se um tipo de jornalismo em que o português tinha que ser castigo, marcado por purismos em relação à "Última Flor do Lácio". E fui ficando, inclusive para substituir o Joffre Cabral Silva (sobrinho do "donos da "Gazeta do Povo", o professor Flácido e Silva").

"Era uma turma pequena - Muggiati Sobrinho, Reinaldo Dacheux Pereira (secretário da redação), Carlos Orlando Loyola (o Changa), Joffre Cabral Silva, Mbá de Ferrante, Aloísio Blasi, Dicesar Plaisant, Dario Pinto. O "comando" verdadeiro, na redação, era de Acyr Guimarães, que chegava em alentadas horas da madrugada. Pedia um toco de lápis e escrevia umas poucas linhas, todas ferinas, contundentes, na prática de um jornalismo então panfletário. A redação ficava na parte superior do prédio (agora demolido). Na parte do rés-do-chão, o setor comercial, com as figuras de Souza Naves, Carlito Sternberg do Vale e o Ruque. Havia ainda a famosa "pedra da Gazeta", onde as grandes notícias eram colocadas antes da circulação do jornal", lembrou Bacila Neto. "Claro que a redação fervia de políticos. Havia figuras permanentes, como o Desembargador Ary Florêncio Guimarães, Guilherme de Albuquerque Maranhão, e obviamente um antigo repórter que ingressou na política, o lembrado Pinheiro Júnior, que assinava uma columinha com o pseudônimo de "J. F."

BOBINAS COMO DEFESA

"A época - ainda como agora - existiam imensas bobinas de papel jornal que eram transportadas milagrosamente, até o andar superior, onde também ficavam as oficinas. As bobinas eram "armas de guerra". Ficavam estrategicamente no topo do alto do escadario. Quando ocorria a possibilidade de "empastelamento" do jornal, elas ficavam prontas para rolar escada abaixo, esmagando qualquer temerário".

"Claro que, nessas ocasiões, os gráficos, jornalistas, o Olivar Gonçalves (revisor) e o clichérista "Capitão", como também o cronista social Eolo Cesar de Oliveira, ficavam a postos para defender a Gazeta do Povo contra qualquer tentativa."

Na gráfica, Bacila lembra alguns nomes como Juvenal do Nascimento (Zito), Jorge Buck Silva, Ary Toniolo, Anésio Túlio, Paulo Kurecki, José Otto, Mário Coelho, entre outros. Foi junto a essa turma

que o repórter novato ganhou o apelido de "Carrapicho", ainda hoje típico de jornalista que se inicia pela reportagem policial.

Durante dois anos, o "Carrapicho" trabalhou na casa; ostentando a sua condição de repórter - "um abre-te Sésamo" - lembra Bacila Neto contando o ingresso livre nos cinemas, estádios e outros. Recebia um "vale" de vez em quando, mas depois deste tempo foi formalmente admitido como repórter, recebendo 1.000,00 - mil réis por mês.

De repórter chegou logo à condição de redator, cobrindo o setor geral e subindo em seguida para a chefia de reportagem. Passou na sequência a secretário de redação, e "nos últimos 25 anos em que o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho assumiu a "Gazeta do Povo", conta Bacila Neto, "no permanente trocar de idéias com a direção, foram definidos pontos importantes para a linha editorial".

CARREIRA

Nacim Bacila Neto, a convite de Júlio Mesquita Filho, foi correspondente e depois chefe da sucursal de "O Estado de São Paulo", em Curitiba.

Desempenhou a função junto ao "Estado" durante 23 anos, até se aposentar em 1979. Mas mesmo aposentado, continuou escrevendo na Gazeta do Povo até o dia de hoje, com a equipe que se mantém unida desde há muito.

Também a convite do então reitor da Universidade Federal do Paraná, Bacila Neto se envolveu na preparação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná e foi um dos organizadores do Seminário que fez deslanchar a criação deste curso, onde, além de fundador, foi por muitos anos professor. O mesmo ocorreu com

o curso de Jornalismo da Universidade Católica do Paraná.

FIDELIDADE

"Quando me formei na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1950, entrei todo faceiro nas oficinas da Gazeta do Povo e Zito foi logo me pegando um novo apelido. Agora ele não é mais "Carrapicho". Daqui para frente passa a ser "Doutor Carrapicho". Claro que nesta altura já não havia mais reportagem policial", conta Bacila Neto lembrando que, mesmo formado em Direito, a sua vida continuava na Gazeta do Povo enquanto exercia funções burocráticas em órgãos públicos - e sobre eles Bacila também tem muitas histórias e lembranças de amigos.

Orlando Soares Carbonar, jornalista; hoje embaixador, tem uma imagem gravada na memória de Bacila. Foi o discurso em favor de Ângelo Lopes, que comoveu os curitibanos, na época, mas que acabou lhe custando o emprego - aquela eleição foi vencida por Bento Munhoz da Rocha Netto. Há ainda a fase de Bacila Neto como juiz e conselheiro do Tribunal de Contas, onde por três vezes chegou à Presidência. "Em meio a tudo isto, porém e sempre, continuava fazendo editoriais para a Gazeta do Povo. Passou a ser um ritual em minha vida profissional, que nos últimos 25 anos, tenho cumprido com interrupções apenas, por motivo de doença ou férias".

"Acredito que alcancei, quase num milagre, a condição de ser o jornalista paranaense que mais permaneceu num só jornal durante quatro décadas: a Gazeta do Povo é uma espécie de segundo domicílio, que sinceramente não sei quando me irei divorciar. Acho que, realmente, está chegando a hora de ver os netos crescerem. E como crescem, meu Deus do céu..."